



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ANDRÉIA CORDEIRO DE MIRANDA LEMOS**

OURO NEGRO:

**a importância do petróleo do Oriente Médio para a hegemonia americana durante o
primeiro mandato de George Walker Bush**

**FLORIANÓPOLIS
2008**

ANDRÉIA CORDEIRO DE MIRANDA LEMOS

**OURO NEGRO:
a importância do petróleo do Oriente Médio para a hegemonia americana durante o
primeiro mandato de George Walker Bush**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

**FLORIANÓPOLIS
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

OURO NEGRO:

**a importância do petróleo do Oriente Médio para a hegemonia americana durante o
primeiro mandato de George Walker Bush**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia

Por: Andréia Cordeiro de Miranda Lemos

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Evolução do Capitalismo Contemporâneo

Palavras-chaves: 1. Estados Unidos

2. Hegemonia

3. Oriente Médio

4. Petróleo

Florianópolis, novembro de 2008.

ANDRÉIA CORDEIRO DE MIRANDA LEMOS

**OURO NEGRO:
a importância do petróleo do Oriente Médio para a hegemonia americana durante o
primeiro mandato de George Walker Bush**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 10 (dez) à aluna Andréia Cordeiro de Miranda Lemos na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis, 25 de novembro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Presidente

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Membro

Dedico este trabalho à minha mãe

*Nenhuma indústria se oferece tão vasta em ramificações, tão
essencial à economia mundial e tão vinculada à política
internacional quanto a indústria do petróleo.*

Walter Levy

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, que sempre se fez presente em minha vida, e ainda mais nessa etapa, dando força e luz para o seu cumprimento.

À minha família, mesmo pequena e distante geograficamente, agradeço por confiar em mim, por dar todo amor, compreensão e condições durante essa jornada.

Agradeço pelo meu companheiro, Cleiton Cardoso Bittencourt, que teve todo carinho, paciência e dedicação, fazendo com que eu não me preocupasse com as situações e responsabilidades adversas da vida, somente com este trabalho. Além de sua revisão e contribuição.

Aos meus colegas e minhas grandes amigas, Michele Sanches e Patrícia Mara de Oliveira Lima, que estiveram presentes nos momentos mais difíceis dessa caminhada e não me deixaram desanimar. Sempre me entendendo e dando força, além dos momentos maravilhosos que passamos juntas, os quais renovavam minhas energias e amenizavam a saudade.

A todos os professores da graduação, pelo conhecimento transmitido e pela incessante disponibilidade. Em especial, ao Prof. Silvio Antônio Ferraz Cário, que, durante essa etapa, foi mais que um chefe, foi um grande amigo, dando importantes conselhos; e ao Prof. Hoyêdo Nunes Lins, que se mostrou sempre receptivo, esclarecendo minhas dúvidas e ajudando-me com algumas bibliografias.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Helton Ricardo Ouriques, pelas palavras de ânimo, os tantos livros, as correções, o tempo e o auxílio prestado no desenvolvimento do trabalho.

A todos os que não foram citados, mas que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O petróleo tornou-se a matriz energética dos Estados Unidos desde a sua descoberta, em 1859. Os recursos naturais sempre tiveram um papel estratégico para o crescimento das nações, mas o petróleo transformou-se na fonte de energia primária mais importante, o combustível do capitalismo. O acesso e controle das principais reservas de petróleo do mundo envolvem uma questão que transcende a importância puramente econômica do petróleo como *commodity* e fonte de energia, ela implica a disputa pelo poder em escala internacional. Os EUA foram, por muitos anos, o maior produtor e consumidor de petróleo no mundo. Porém, após a Segunda Guerra Mundial o consumo foi aumentando mais que a produção e em 1994 o país tornou-se importador, dependente da produção de outros países para o abastecimento de seu mercado energético. A solução adotada pelos Estados Unidos para equilibrar a quantidade necessária de petróleo para o funcionamento da sua economia foi a de externalizar os problemas domésticos de energia, com a mobilização dos recursos políticos e militares do país para garantir fontes seguras de petróleo no exterior. Em seu primeiro governo, o presidente George W. Bush adotou uma política externa que tinha como finalidade acabar com a crise energética da nação e com a dependência externa, acreditando na manutenção da posição hegemônica estadunidense. De acordo com a estratégia de geopolítica energética de aumentar seu poder de influência e manter a hegemonia obtendo reservas petrolíferas estrangeiras suplementares, os Estados Unidos foram em busca das reservas iraquianas. O Oriente Médio concentra pouco mais de 60% das reservas provadas totais do mundo, o que torna a região um alvo de constante e intenso interesse da política de segurança energética estadunidense. Os Estados Unidos conseguiram dominar o Iraque, porém, para haver hegemonia, é necessário haver legitimidade, e o que mais os Estados Unidos perderam ao travar a Guerra contra o Iraque foi a credibilidade de que as políticas estadunidenses serviam para atender a um propósito coletivo. Assim, o petróleo, por si só, não mantém a hegemonia, apenas sustenta alguns fatores inerentes à sua manutenção.

Palavras-chaves: Estados Unidos, hegemonia, Oriente Médio e petróleo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1 - Principais aquisições e fusões na indústria petrolífera, 1997-2005	47
Figura 3.2 - Consumo de barris de petróleo bruto per capita, 2007	49
Figura 4.1 - Produção de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1970-2025 (em milhões de barris por dia).....	59
Figura 4.2 - Consumo de petróleo bruto por setor dos Estados Unidos, 1970-2025 (em milhões de barris por dia)	60
Figura 5.1 - Mapa do Oriente Médio	70
Figura 5.2 - Campos de petróleo do Iraque	73
Figura 5.3 - Reservas provadas de petróleo bruto, 2007 (em bilhões de barris)	73
Gráfico 2.1 - Quantidade mundial consumida de energia primária por tipo, 2007	33
Gráfico 2.2 - As quinze maiores reservas mundiais provadas de petróleo bruto, 2007 (em bilhões de barris)	33
Gráfico 2.3 - Principais produtores de petróleo bruto mundial, 2007 (em bilhões de barris) ..	34
Gráfico 2.4 - Os dez maiores consumidores de petróleo bruto mundial, 2007 (em bilhões de barris).....	35
Gráfico 3.1 - Produção total dos Estados Unidos de petróleo bruto, 1859-1911 (em mil barris)	43
Gráfico 3.2 - Produção total dos Estados Unidos de petróleo bruto, 1912-1934 (em mil barris)	44
Gráfico 3.3 - Consumo de energia primária dos Estados Unidos por tipo, 1949-2007 (em quadrilhões de BTU)	48
Gráfico 3.4 - Consumo, produção e produção líquida de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1949-2007 (em milhões de barris por dia).....	50
Gráfico 3.5 - Quatro maiores estados produtores de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1981-2007 (em mil barris por dia)	51
Gráfico 3.6 - Total da importação e exportação de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1910-2007	52
Gráfico 3.7 - Relação entre a importação total de energia primária e a importação de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1949-2007	52
Gráfico 3.8 - Quantidade de petróleo bruto importado para a SPR, 1977-2007	53

Gráfico 3.9 - Reservas provadas de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1980-2007 (em bilhões de barris)	54
Gráfico 3.10 - Consumo de petróleo bruto por setor, 1950-2007 (em milhões de barris por dia)	55
Gráfico 3.11 - Consumo de energia primária no setor de transportes dos Estados Unidos, 1949-2007	55
Gráfico 4.1 - Evolução do preço do petróleo, barril Brent, 1970-2008 (em dólares por barril)64	
Gráfico 4.2 - Produção e consumo de petróleo bruto e seus produtos refinados, 1970-2025 (quadrilhões de BTU)	66
Gráfico 5.1 - Produção de petróleo bruto do Oriente Médio, 1965-2007 (em bilhões de barris)	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Distribuição das atividades industriais das principais Empresas Transnacionais do Mundo, 1980-2000	35
Tabela 3.1 - O peso do cartel das Sete Irmãs no mercado internacional do petróleo (em mil barris por dia).....	46
Tabela 4.1 - Dependência das importações de petróleo e medidas de vulnerabilidade.....	61
Tabela 5.1 - Baixas americanas no Iraque, 10/03/2003-08/02/2005	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BTU - Unidade Térmica Britânica

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

GNL - Gás Natural Líquido

NEP - National Energy Policy

NEPDG - National Energy Policy Development Group

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB - Produto Interno Bruto

SPR - Strategic Petroleum Reserve

UNSC - Conselho de Segurança das Nações Unidas

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	09
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
CAPÍTULO I	
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problemática	15
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Justificativa.....	17
1.4 Metodologia.....	18
1.5 Estrutura do Trabalho	20
CAPÍTULO II	
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Hegemonia.....	21
2.2 Geopolítica	25
2.2.1 Geopolítica energética	27
2.2.2 Geopolítica estadunidense	29
2.3 Geoeconomia	30
2.4 Petróleo.....	31
CAPÍTULO III	
3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS EMPRESAS PRODUTORAS DE PETRÓLEO DOS ESTADOS UNIDOS	41
3.1 A atual geopolítica do petróleo estadunidense	47
CAPÍTULO IV	
4 A ESTRATÉGIA ENERGÉTICA DO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH (2001-2005)	58
CAPÍTULO V	
5 O SIGNIFICADO DA GUERRA DO IRAQUE (2003)	69
CAPÍTULO VI	
6 CONCLUSÃO	82

REFERÊNCIAS	84
-------------------	----

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Os recursos naturais tiveram um papel estratégico para o crescimento das nações. O petróleo tornou-se aos poucos o combustível do capitalismo, permanecendo como a mais importante fonte de energia primária por quase todo o século XX e início do século XXI, exercendo até os dias atuais influência em vários acontecimentos e processos de cunho econômico e político.

Há autores que afirmam que a história possa ser contada pelo tipo de recurso energético utilizado no cenário mundial. Durante a hegemonia britânica, todo o período foi abastecido pelo carvão, este foi o combustível das máquinas a vapor que deram a base para a Primeira Revolução Industrial.

A primeira descoberta de poços de petróleo nos Estados Unidos em 1859 e sua grande capacidade de destilação, formando inúmeros outros derivados, seu custo mais barato, seu menor dano ao meio ambiente, sua facilidade de extração e transporte, tornaram o petróleo a matriz energética dos Estados Unidos.

A Inglaterra resistiu até onde pôde para não inserir o petróleo dentro de sua necessidade energética, impondo tarifas, proibindo o comércio e não transformando seu parque industrial em máquinas movidas a combustão. Isso porque reservas de carvão a Inglaterra tinha em quantidades suficientes para manter o funcionamento de sua economia. Entretanto, não possuía reservas de petróleo que pudessem sustentar sua matriz energética.

O acesso e controle das principais reservas de petróleo do mundo envolvem uma questão que transcende a importância puramente econômica do petróleo como *commodity* e fonte de energia, ela implica a disputa pelo poder em escala internacional.

Os Estados Unidos, desde a primeira descoberta de petróleo, tornaram-se o maior consumidor e produtor mundial. Em 1870, foi formado o maior monopólio da economia americana, a companhia petrolífera Standard Oil, que dominou desde a exploração de petróleo bruto até as vias de distribuição.

Entre 1900 e 1950, os Estados Unidos conseguiam produzir toda a quantidade

necessária para seu consumo. Todavia, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a diferença entre o consumo e a produção começou a se ampliar e, em 1994, o país se tornou importador de petróleo, modificando consideravelmente a sua posição na geopolítica energética mundial, passando a depender de outros países produtores para abastecer seu mercado energético.

Os principais países produtores são a Arábia Saudita, com quase 13% da produção mundial de petróleo, a Rússia, com 12,5%, e os Estados Unidos, com aproximadamente 8%, segundo dados da Statistical Review of World Energy (Base, 2007).

Embora seja o terceiro maior produtor mundial de petróleo, sua produção não acompanha seu consumo, que, no ano de 2007, foi de 24% do total consumido no mundo, excedendo em 631 bilhões de barris ao ano de sua produção (Base, 2007).

Diante desses dados, pode-se começar a entender a importância das reservas petrolíferas fora do território estadunidense. O petróleo é um dos temas de segurança nacional da Política Externa Norte-americana (PENA).

As maiores reservas de petróleo encontram-se na região do Oriente Médio, concentrando pouco mais de 60% das reservas provadas totais do mundo. Essa riqueza petroleira concede à região grande relevância na geopolítica energética.

As necessidades de petróleo externo dos Estados Unidos, aliadas às grandes reservas petrolíferas e à localização estratégica do Oriente Médio, tornam a região um alvo de constante e intenso interesse da política de segurança energética americana.

Nestes termos, cabe formular a seguinte questão a respeito do petróleo para os Estados Unidos:

- Qual a importância do petróleo para a manutenção da hegemonia americana?

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Compreender a geopolítica energética americana referente ao tema petróleo do Oriente Médio, evidenciando a sua importância para as transformações nas relações políticas durante o primeiro mandato de George W. Bush, a fim de entender seu papel para a manutenção da

hegemonia americana.

1.2.2 Específicos

- Apresentar um panorama teórico-bibliográfico dos conceitos-chaves para o entendimento do tema;
- Historiar o surgimento das firmas petrolíferas americanas e como se transformaram em multinacionais, ampliando sua importância;
- Analisar a importância do petróleo com as políticas de segurança energética do governo de George W. Bush; e
- Correlacionar o petróleo como um dos fatores motivacionais da Guerra do Iraque travada pelos Estados Unidos em 2003.

1.3 Justificativa

A escolha do recurso não renovável, o petróleo, deu-se pela identificação da sua importância dentro da matriz energética mundial, sendo o recurso mais utilizado, desde 1965, entre todas as fontes de energia primária, pelos países do mundo. Segundo dados da Statistical Review of World Energy, no ano passado, o consumo de petróleo foi de 36% em relação ao total.

Dessa forma, o petróleo torna-se combustível da gigantesca engrenagem produtiva mundial, consumido nos diversos setores da economia, e fonte de inúmeros derivados.

Os recursos naturais tiveram um papel muito importante no desenvolvimento da economia e das nações, cada qual respeitando as limitações e tecnologias de sua época. A partir da Segunda Revolução Industrial, o petróleo vem ganhando um maior espaço na economia, ampliando sua necessidade em diversos setores e configurando-se na coluna vertebral do capitalismo.

De acordo com Pecequillo (2003), desde séculos atrás, se dizia que o país que dominar a Eurásia vai dominar uma quantidade de recursos tão significativa que, efetivamente, ninguém vai poder contestá-lo no sistema.

Sendo assim, o estudo foca-se na relevância das reservas e produção de petróleo bruto

da região do Oriente Médio, não desconsiderando a sua importância em outras regiões, como Venezuela, África Ocidental, México. Entretanto, o estudo em apenas uma área geográfica importante dá condições para o aprofundamento e ampliação do conhecimento em diversos aspectos.

O período de análise do estudo foi limitado ao primeiro mandato do governo de George W. Bush, pois a política externa estadunidense já havia recebido profundas críticas, encontrava-se enfraquecida e havia transformado antigos aliados em países opostos à sua política, além das controvérsias dentro de sua própria equipe política. Após a Guerra do Iraque, a forma como foi utilizado o poder militar americano foi questionada por seu Secretário de Estado. Powell defendera um poder mais criterioso, com apoio da opinião pública interna e de aliados. Contudo, a idéia que prevaleceu na equipe foi a de que os Estados Unidos não deveriam ser constrangidos por demoradas negociações, nem depender de aliados. Por sua posição e desgaste, Powell disponibilizou seu cargo ao presidente Bush para seu segundo mandato.

Há também o fato de nenhuma outra guerra ter sido travada na região pelos Estados Unidos durante o segundo mandato de George W. Bush, em que um dos motivos em questão fora a segurança energética nacional. Houve ameaças ao Irã, porém, os Estados Unidos não teriam condições financeiras, tampouco o apoio de sua nação e de outros países para uma nova estratégia de dominação militar. Além de o Irã ser um país muito menos debilitado militarmente, tornando-se um forte oponente.

Frente às análises, foram escolhidos o petróleo, o Oriente Médio e a política externa de George W. Bush para analisar quão essencial é o controle das reservas de petróleo na conservação da hegemonia americana.

1.4 Metodologia

Neste subitem será feita uma apresentação detalhada, lógica e primorosa de toda a ação desenvolvida para a realização do trabalho.

Tendo em vista as características do tema: demonstrar as políticas de segurança energética do governo de George W. Bush em relação ao petróleo do Oriente Médio, para a manutenção da hegemonia americana, os métodos utilizados, por proporcionar uma maior familiarização com o tema em foco, serão o método histórico – que preenche os vazios dos

acontecimentos de um determinado tempo, assegurando a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos - e o método hipotético dedutivo – do qual se procuram evidências empíricas para falsear as consequências deduzidas das hipóteses.

A pesquisa realizada será de caráter qualitativo, que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, com o objetivo de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, trabalhando com descrições, comparações e interpretações (NEVES, 1996).

Para atender os objetivos específicos do trabalho, será feita uma pesquisa bibliográfica, que consiste no exame da literatura científica, para levantamento e análise de material já produzido, e documental, que abrange os materiais que não receberam tratamento analítico e documentos que foram analisados. Além da utilização de dados quantitativos, encontrados tanto por meio bibliográfico como documental, que possam ilustrar a atual configuração da geopolítica petrolífera. Entre os materiais bibliográficos e documentais utilizados, estão: livros, revistas, artigos, teses e sítios eletrônicos específicos.

Para o cumprimento do primeiro objetivo específico do trabalho, o qual será apresentado no segundo capítulo, será desenvolvido um quadro teórico-bibliográfico que servirá de referência para o processo analítico adotado ao longo do estudo, conceituando os termos hegemonia, geopolítica, geoeconomia e petróleo.

Para o segundo objetivo específico, desenvolvido no terceiro capítulo do trabalho, será feita uma revisão histórica do petróleo nos Estados Unidos, desde seu surgimento até os dias atuais, demonstrando sua relevância para o funcionamento da economia estadunidense, com dados de consumo, produção, reserva, importação, exportação, aquisições e fusões.

Para responder ao terceiro objetivo, apresentado no quarto capítulo, realizou-se um levantamento dos diversos materiais que tratam da política energética e da segurança nacional estadunidense, a fim de identificar qual o papel que o petróleo exerce no primeiro mandato do governo de George W. Bush.

No último capítulo será demonstrado o petróleo como fator motivacional da Guerra do Iraque, ilustrando a relação existente entre a sua importância e a política de segurança energética dos Estados Unidos.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho está dividido em seis capítulos, mais as referências. Com este introdutório, chamado de Introdução, são apresentados o problema de pesquisa, objetivos, justificativa e a metodologia adotada para a elaboração do trabalho.

No segundo capítulo, é efetuado um levantamento teórico das palavras-chaves que serão utilizadas ao longo de todo o trabalho, tais como: hegemonia, geopolítica, geoeconomia e petróleo.

No terceiro capítulo, faz-se uma breve descrição histórica das empresas produtoras de petróleo dos Estados Unidos, desde a primeira descoberta em 1859, passando pela formação da Standard Oil Company, depois a formação do reinado das Sete Irmãs e seu declínio de poder com a formação das estatais petrolíferas e a OPEP, a configuração das grandes multinacionais petrolíferas e a geopolítica petrolífera atual estadunidense.

O quarto capítulo abordará o papel do petróleo dentro da política de segurança energética dos Estados Unidos, como foi tornando-se objeto central e a Política Nacional Energética do primeiro mandato de George W. Bush.

No quinto capítulo, será demonstrado que a Guerra do Iraque travada pelos Estados Unidos, em 2003, teve como um dos importantes objetivos dominar as reservas petrolíferas iraquianas.

No último capítulo, intitulado Conclusão, serão apresentadas as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será feito um levantamento teórico de termos que nortearão o assunto proposto por este estudo. É preciso definir com clareza tais conceitos, a fim de se evitarem interpretações errôneas derivadas do emprego dos termos, de tal forma que, no decorrer do trabalho, se possa sempre conectar as definições aqui propostas com o resultado obtido.

Inicialmente será apresentado o conceito de hegemonia, o que é e qual definição será abordada no trabalho; como se determina uma hegemonia; como mantê-la; identificados os argumentos que classificam os Estados Unidos como hegemonia mundial e a importância de matérias-primas, em especial o petróleo, para a conservação da hegemonia americana.

O segundo termo analisado será geopolítica, a diferença que há entre geopolítica e geografia política; a definição do que é geopolítica; a geopolítica americana; a geopolítica energética e a importância do petróleo para a geopolítica.

Derivado do termo geopolítica será examinado o conceito de geoeconomia: como o fator econômico passou a ditar as novas estratégias dos Estados; a mudança do papel do Estado no contexto geoeconômico; a geoeconomia da energia e a ligação entre geoeconomia, geopolítica e energia.

Por último, será feita uma análise setorial do petróleo dentro do cenário mundial. A origem da sua utilização; como se inseriu comercialmente; os seus ciclos históricos; quantidade mundial consumida com seus principais produtores, consumidores e reservas; importância como motor de combustão interna da economia e combustível para o maquinário bélico; o papel das companhias petrolíferas para a formação das políticas nacionais e qual sua relevância para os Estados Unidos.

2.1 Hegemonia

Segundo Gruppi (1978), o termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “ser guia”, “conduzir”. Por *eghemonia* a Grécia Antiga entendia a supremacia de um povo sobre outros, seja pelas suas tradições ou condições de raça, seja pelos seus costumes, cultura

ou condição militar.

Apesar da utilização do termo para explicar as diversas formas de poder que uma nação, uma classe social ou um grupo dominante tem sobre outros, a hegemonia será aqui considerada apenas como forma de poder de uma nação.

Assim o conceito de hegemonia mundial desenvolvido por Arrighi e utilizado no trabalho deriva da idéia de Gramsci de que:

[...] a supremacia de grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” ou como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina grupos antagônicos que tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força armada; ele lidera grupos aparentados ou aliados (GRAMSCI, A., 1971, p. 57-58 apud ARRIGHI, G. e SILVER, B., 1997, p. 35, grifo no original).

Portanto, a supremacia manifestada pela primeira definição - através da dominação - pode ser conquistada mesmo antes de exercer a hegemonia. E por isso não será aqui considerada como forma de estudo.

A segunda maneira pela qual um grupo social manifesta sua supremacia - por liderança intelectual e moral -, sugere que a supremacia de uma classe dominante deve ter legitimidade, ou seja, deve articular em torno de si alianças e obter pelo menos o consenso passivo das classes e camadas dominadas. Definição esta que será a acolhida por este trabalho.

A hegemonia é, segundo Arrighi e Silver (2001, p.36):

[...] mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é poder adicional que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses desse grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral.

Desse modo, nas palavras de Arrighi, G., 1997, p.29-30 apud Costa, 2005, p.51:

[...] um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.

Para Ceceña (2002), a hegemonia é uma categoria complexa, que articula a capacidade de liderança nas diferentes dimensões da vida social. O líder tem que ser capaz de dirigir pela força e pela razão, por convicção e por imposição. Ou seja, a hegemonia emerge de um reconhecimento coletivo que compreende tanto qualidades e preceitos morais que adquirem estatuto universal quanto a energia ou força para sancionar seu cumprimento.

O Estado que detém a hegemonia exerce uma determinada influência, que pode ser militar, produtiva, econômica ou cultural, da qual sustenta sua posição de liderança. Na opinião de Harvey (2005, p.40), “o poder econômico de dominar pode ser usado com um efeito tão destrutivo quanto o da força física”. Tendo como um exemplo o papel destacado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que insere programas de austeridade para países que se encontram em dificuldades, ditando sua política monetária e fiscal e, conseqüentemente, colocando os mesmos sobre suas posições de interesse.

Além da legitimidade diante das outras nações, são necessários alguns fatores de força fundamental para a permanência da nação como hegemonia, quais sejam: controle sobre matérias-primas; competência técnica (capital humano); apoio financeiro (riqueza acumulada); redes comerciais mundiais para garantir sua capacidade de comprar e vender no mercado mundial; pesquisa adequada; atividade de desenvolvimento; comunidade científica e poderio militar (WALLERSTEIN, 2004).

Segundo Costa (2005), a atual condição de poder sustentado pelos Estados Unidos se deve à importância que este Estado representa nas arenas geopolíticas e geoeconômicas, pela repercussão da sua política interna e externa, das suas ações militares e de sua posição nas diversas instituições internacionais.

Conforme Furtado (1978), foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos figuraram-se como hegemonia mundial, apoiados em três ordens de fatores que constituíram a viga básica da economia mundial, proporcionando-lhe coerência e estabilidade. Em primeiro lugar, estavam os fatores de ordem política, derivados da sua “esmagadora força militar, que excede em muito a de qualquer outro país, ou mesmo a de muitos países juntos” (WALLERSTEIN, 2004, p.282-283). Em segundo lugar, estavam os fatores decorrentes da posição da economia americana no mundo: com seu grande potencial de recursos naturais; seu controle sobre as fontes de matérias-primas; sua enorme acumulação de capital; e o avanço da tecnologia militar. E, por último, estavam os fatores decorrentes da existência do sistema monetário internacional que se apoiava nas instituições de Bretton Woods, as quais transformavam o dólar no instrumento de acumulação de uma liquidez internacional que tendia a crescer com o volume das transações internacionais.

Além dos fatores descritos acima, Chomsky et al. (2005) acrescentam o benefício que os Estados Unidos também obtiveram uma vez finalizada a Segunda Guerra Mundial, já que seus principais combatentes se encontravam arruinados e os Estados Unidos estavam em plenas condições de exercer sua hegemonia econômica, concentrando mais da metade da

produção industrial do mundo, tendo a exclusividade das novas tecnologias que conduziram o desenvolvimento produtivo, acesso às redes de informação e a exclusividade das armas nucleares, além do monopólio militar e a difusão da cultura, fazendo com que as populações desejassem ter o modo americano de ser.

O papel da máquina militar estadunidense é essencial para que se entenda como os Estados Unidos se configuraram num império mundial. Consoante Vesentini (1987), a militarização não apenas se expandiu enormemente, como também assumiu novas dimensões e significados: de um simples meio para a expansão do capitalismo até a reprodução ampliada do capital. O militarismo e a preparação contínua para a guerra tornaram-se uma finalidade para a economia capitalista: o escopo principal da atividade produtiva hoje parece ser o de fabricar incessantemente meios de destruição.

As intrincadas e crescentes relações e sobreposições entre o militarismo e a grande indústria, juntamente com a pesquisa tecnológica, deram origem ao denominado complexo industrial militar. Este complexo estadunidense mostrou a enorme influência dos imperativos bélicos para a pesquisa científica de universidades e de institutos ligados a empresas, para a inovação tecnológica nos ramos mais avançados da indústria (eletrônica, informática, naval, aeroespacial, química, nuclear) e até para o próprio volume de produção das principais firmas multinacionais (VENSENTINI, 1987).

O poder militar estadunidense é a forma como eles conseguem manter seus interesses. Dessa maneira,

[...] reivindica com todas as letras o direito de atacar preventivamente a fim de evitar ataques químicos, biológicos e nucleares, proteger o acesso a matérias-primas estratégicas vitais (como o petróleo), e proteger-se de ataques terroristas ou outras ameaças (como o estrangulamento econômico) (HARVEY, 2005, p.71).

Armstrong (2002) apud Harvey (2005, p. 71) estudou a estratégia militar americana e afirma que:

O Plano se destina a levar os Estados Unidos a governar o mundo. O tema declarado é o unilateralismo, mas é em última análise um roteiro de dominação. Ele conclama o país a manter sua superioridade militar irresistível e a evitar que surjam novos rivais capazes de se opor a ele no cenário mundial. Conclama a dominar tanto amigos como inimigos. Não diz que os Estados Unidos têm de ser mais poderosos, ou os mais poderosos, mas que devem ser absolutamente poderosos.

Conforme Fiori (2007, p.187), os Estados Unidos, na sua condição de poder global e para manter a sua segurança energética, “estão disputando todos os territórios que tenham disponibilidade atual ou que apresente algum potencial futuro capaz de garantir a expansão

contínua de seu poder econômico e político”.

Também, segundo Furtado (1978), há uma agressiva política americana de controle de fontes de matérias-primas em todo o mundo, como forma de evitar que os países concorrentes se beneficiem da aquisição de matérias-primas de custos mais baixos, produzidas fora do território dos Estados Unidos, e assim, prejudiquem seu poder econômico.

Entretanto, sua política de dominação, sobretudo através de seu maquinário bélico, já não convence tanto os demais países que os motivos são para um bem comum, que agem pensando na coletividade. Nas palavras de Harvey (2005, p.41), os

[...] Estados Unidos deixam com demasiada freqüência de perceber é que a coerção e a liquidação do inimigo são apenas uma base parcial, e algumas vezes contraproducente, do poder americano. O consentimento e a cooperação têm a mesma importância. Se não se pudesse mobilizá-los internacionalmente e se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico. Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento.

Dessa forma, os EUA se envolvem de acordo com o período e conforme quem ocupa o governo, tanto em práticas coercitivas quanto em práticas hegemônicas, equilibrando o poder entre essas duas formas de liderança (HARVEY, 2005).

2.2 Geopolítica

Primeiramente, torna-se de suma importância diferenciar os termos geopolítica de geografia política, para uma melhor análise dos objetivos propostos.

Geografia política é, segundo Costa (1992), um conceito estático de um conjunto de estudos sistemáticos mais afetados à geografia e restritos às relações entre o território e a política. Está relacionado a questões como a posição, situação, características das fronteiras e suas dimensões, análise dos hemisférios, aspectos sócio-econômicos e nas divisões político-administrativas.

Para Miyamoto (1995, p.24-25), “a geografia política, tal como a geografia social, econômica ou a cultural, apóia-se em observações estáticas dos fatores geográficos”.

Assim como as políticas externas visando à liderança de uma nação sobre as outras foram se alterando conforme a conjuntura mundial da qual viviam, a geopolítica foi sendo

adequada ao seu momento histórico, com novos territórios sendo disputados, surgimento de tecnologias, novos interesses econômicos e, conseqüentemente, novas definições.

Conforme Weigert, H. W., 1948, p.414 apud Costa, W. M. (1992, p.168), cada geopolítica é em si particular:

[...] não existe nada que responda ao rótulo de uma ciência geral da geopolítica. Não há uma fórmula única vigente para todos. Há tantas geopolíticas como Estados em conflito sob condições geográficas – o caso, por exemplo, de potências terrestres e de potências marítimas - tão distintas entre si como o dia e a noite.

Portanto, uma das formas de caracterizar geopolítica é considerá-la como o estudo do papel da política internacional que as nações desempenham em função de suas características geográficas, tais como, localização, território, posse de recursos naturais, contingente populacional e sua relação intrínseca com o poder.

De acordo com Conant; Gold (1981), a geopolítica é o estudo da importância dos fatores de localização sobre as relações entre países. Assim, a geopolítica considera os fatores geográficos - passagem do tempo, descobertas tecnológicas, necessidades de matérias-primas, objetivos nacionais e internacionais, ética das relações internacionais - como importantes determinantes da política governamental e da posição relativa de poder das nações. Não obstante, a importância dos fatores geográficos e de localização variam de acordo com o próprio sistema internacional; novos atores internacionais entram em cena, e a legitimidade e adequabilidade dos atores tradicionais estão sujeitas a debate.

A geopolítica, segundo Costa (1992), tem uma configuração mais utilitarista e dinâmica na formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros. Um termo interdisciplinar, por necessitar de um amplo conhecimento de Estado e Poder, para a formulação da melhor estratégia de expansão territorial.

Geopolítica para Vensentini (1987, p. 93):

é a política, interna e externa, dos Estados na sua dimensão espacial, como (re)arranjo dos elementos e níveis de espaço (distribuição populacional, meios de transportes, fronteiras, “áreas de influência” externas, desenhos urbanísticos, cidades-capitais, etc.) com vistas ao exercício do poder (grifo no original).

A geopolítica, na concepção de Ramonet (2001), está dirigida para entender o que é, quem está onde, quem manda, quem obedece e quem é uma potência mundial, como se dá a disputa mundial pelo poder entre os Estados, que estratégias seriam adequadas para tal ou qual Estado tornar-se-á potência regional nesta ou naquela parte do globo. Desse modo, a

geopolítica, na análise de qual melhor estratégia a nação deveria adotar para atingir o poder mundial, está vinculada a um instrumento dinâmico de ação.

A geopolítica é, antes de tudo, os interesses econômicos dos países influentes no cenário mundial, seja colaborando ou competindo entre eles para ampliar ou aprofundar suas respectivas áreas de influência (ALVEAL, 2003).

Nessa perspectiva, Fiori (2007) escreve que a história nos mostra que os Estados territoriais já nasceram tentando expandir seu poder na direção da extraterritorialidade, competindo entre si, e tentando construir impérios cada vez mais globais. Essa estratégia de expansão territorial transformou-se no comportamento normal de todos os Estados que vieram a fazer parte do grupo das grandes potências do sistema político mundial.

Sintetizando a essência dos conceitos descritos acima, a geopolítica é a forma como os países se inserem no contexto mundial para a busca da hegemonia, principalmente aumentando seu poder através da extraterritorialidade.

2.2.1 Geopolítica energética

A geopolítica energética tem como assuntos essenciais a serem tratados, conforme Conant; Gold (1981): a transformação da energia para uma forma utilizável; a distribuição geográfica dos recursos para as áreas de consumo; as linhas de suprimento; a tecnologia; as instalações de processamento; os fatores que influenciam a oferta (reservas, processamento, novas descobertas, aumento do consumo de energia e pesquisa tecnológica energética); e os fatores que influenciam a demanda (crescimento econômico, necessidades de um sistema econômico em particular e disponibilidade de substitutos).

Conforme Alveal (2003), o conceito de geopolítica energética designa o objetivo das nações de conseguirem a prosperidade e ampliação de sua influência política e econômica, através do controle dos meios de produção energéticos, face a uma regulação mundial inadequada e insuficiente para lidar com essa realidade. Assim, os países buscam, mediante o controle das fontes energéticas, aumentar seu poder de influência nas políticas externas e econômicas dentro do contexto mundial.

Para Roberts (2004), o tema geopolítico dominante do século XXI será a corrida por uma fatia das últimas grandes reservas de petróleo e gás. A geopolítica atual está voltada para os países garantirem, por meio do controle dos recursos naturais estratégicos, o incremento da

sua influência como centro industrial, comercial e financeiro, agindo como instrumento-chave para atuar, direta ou indiretamente, no cenário mundial (BERTONHA, 2005; GIORDANO, 2003).

De acordo com Bertonha (2005), o petróleo traz grandes impactos para a geopolítica mundial, países ganham influência, poder, representatividade com os recursos advindos da sua exploração.

A geopolítica do petróleo é determinada pela identificação de todos os países que influenciam, em nível global, a indústria do petróleo, em seguida, é dividida entre os países que importam e exportam petróleo. Depois de identificado em qual lado se encontram os países, é preciso observar qual o grau de influência que eles têm no contexto mundial, pois é dessa disputa de poder entre os importadores e exportadores de petróleo que o jogo geopolítico é determinado.

Lins [s.d.] afirma que a energia deverá figurar, mais do que nunca, no centro das disputas internacionais, porque a dependência do aparelho produtivo mundial em relação a recursos como petróleo e gás só fez crescer recentemente. Dentre os fatores correlacionados para essa maior dependência, estão: o aumento das compras internacionais dos combustíveis não renováveis e a forte expansão das importações de outros países.

Dizer que o petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas é repetir o óbvio. Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna (BERTONHA, 2005, p.1).

Diante dessa relação entre as reservas naturais e a indústria mundial, o petróleo se torna a mais importante fonte de energia da gigantesca engrenagem produtiva mundial, tornando-se objeto de poder das nações e ingrediente principal para a geopolítica e geoeconomia Lins (2008).

Nas palavras de Conant; Gold (1981, p. 37):

A importância geopolítica do petróleo resulta de dois fatores principais: (1) o petróleo, como combustível e matéria-prima, é o sangue das economias industrializadas; (2) as reservas e a produção de petróleo tendem a se concentrar em certos países menos desenvolvidos. Com efeito, as reservas e produção de petróleo são mais abundantes em um pequeno número de países em desenvolvimento, enquanto que a necessidade de um suprimento adequado e continuado de petróleo em grandes volumes é mais urgente nos países desenvolvidos, industrializados.

De acordo com Conant; Gold (1981, p. 19):

Os países que dependem de recursos energéticos importados têm dois objetivos principais: primeiro, adotar políticas destinadas a assegurar o acesso ao suprimento

externo adicional que é essencial para suas necessidades nacionais; segundo, reduzir a necessidade de acesso a suprimentos externos.

Ainda conforme Conant; Gold (1981), para assegurar o acesso a suprimentos externos, um governo tem várias opções: pode procurar relações bilaterais com os principais produtores; pode criar um sistema de fornecedores preferenciais; pode participar de movimentos mais gerais (a exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo¹-OPEP); pode oferecer esforços internacionais ainda mais amplos (defesa militar). E pode, naturalmente, fazer tudo isso ao mesmo tempo.

Esses três fatores – um suprimento suficiente e contínuo a um preço razoável – constituem um trio indissolúvel de interesses energéticos. A falta de qualquer um desses fatores pode ter consequências desastrosas para o bem-estar econômico, a estabilidade política e a segurança nacional do país consumidor (CONANT; GOLD, 1981, p.20).

Dessa forma, para Conant; Gold (1981), esta é a era da energia. Não se pode considerar seu suprimento senão como um elemento vital para a segurança nacional. Nem se pode pensar na energia apenas como um produto comercial. Nem se deve discutir a energia em termos estritamente econômicos ou financeiros. A energia é tudo isso e muito mais. E nessa perspectiva, a abordagem geopolítica tenta explicar a larga faixa de preocupações que afligem as sociedades em sua busca de um suprimento energético adequado.

2.2.2 Geopolítica estadunidense

A geopolítica (GIORDANO, 2003; FIORI, 2005b) estadunidense se ocupa de impulsionar os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos seguindo a estratégia de dominação, que opera simultaneamente e de forma diferenciada em diversas áreas geográficas.

Os imperativos geopolíticos dos Estados Unidos têm como objetivos: não perder um país da sua área de influência; evitar a expansão da área de influência de outros países; ou, destruir no nascedouro a possibilidade de uma nova potência. Por conseguinte, a geopolítica

¹ É uma organização intergovernamental permanente, fundada durante a Conferência de Bagdade, que ocorreu entre 10 e 14 de setembro de 1960, pelos seguintes países-membros: Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. A criação da OPEP foi fruto da ação política dos governos dos países membros para pôr fim à perda de receitas que vinham sofrendo em função das reduções de preços orquestradas pelas companhias petrolíferas. Em 2007, o cartel detinha cerca de 40% da produção mundial de petróleo e 75% das reservas provadas. Essa expressiva participação no mercado proporciona à OPEP a capacidade de estabelecer políticas internas que influenciem nos preços do petróleo.

concentra-se em aumentar sua área de influência, ainda que os custos dessa estratégia sejam muito maiores que os possíveis lucros da conquista (VENSENTINI, 1987).

Dentro dos objetivos geopolíticos estadunidenses para a manutenção de sua hegemonia no setor energético, estão: a modernização da capacidade militar, para avançar sobre territórios distantes e garantir a supremacia no longo prazo; e a obtenção de reservas petrolíferas estrangeiras suplementares, em resposta à enorme dependência externa e à escassez das reservas domésticas, interligando irremediavelmente temas como energia, guerra e geopolítica (LINS, 2008).

A dependência energética dos Estados Unidos afeta a escolha de aliados, modifica as alianças e, em certos casos, cria a necessidade de novas alianças (CONANT; GOLD, 1981).

2.3 Geoeconomia

Com o surgimento de novos atores no cenário mundial - tecnologia, globalização, novas formas de produção, sistema de informação -, as estratégias dos Estados pela disputa de novos espaços necessitam adequar-se às novas demandas.

Derivada do conceito de geopolítica, a geoeconomia visa estudar se a economia, hoje tendo uma grande importância estratégica para as nações, não passa a ser o motivo pelo qual os Estados disputam novos espaços.

Conforme Garnero (2002), a economia tem se tornado papel-chave na disputa pelo poder mundial, através da conquista de mercados e novas tecnologias, promoção comercial, atração de investimentos e abertura comercial, levando os governos a competirem entre si, persuadindo empresas a instalarem-se em seu território e estabelecendo e priorizando parcerias.

Geoeconomia é, nas palavras de Barton, 1999; Cruz de Castro, 2000; Sparke, 2007 apud Lins (2008), um termo que foi disseminado após o fim da Guerra Fria (1945-1991) e a prevalência do capitalismo. Tem sido empregado para se referir à globalização dos mercados e das ações empresariais, ou seja, os fluxos de mercadorias, pessoas e informações não respeitam mais as fronteiras, destacando o acirramento da concorrência e a situação de países e regiões perante fluxos de alcance planetário, com os decorrentes desafios e oportunidades.

Lins (2008) assinala que a dimensão geoeconômica assume a crescente importância no modo como os territórios nacionais inserem-se na economia mundial, diante de suas

permanentes mutações de estrutura, forma e organização.

A geoeconomia não se funda na capacidade militar ou na ação de um Estado, mas sim na manutenção do sistema capitalista, que encontra nas empresas seus principais atores e no Estado uma guarida para sua continuidade. Dessa forma, o Estado deixa de ter o papel principal e emerge a geoeconomia como determinante das políticas nacionais. O Estado, na geoeconomia, fica com o papel de regulador das regras de mercado, atuando ainda na minimização das desigualdades sociais.

Fiori (2005a, p.01) ressalta que a geoeconomia é o “jogo da monopolização e da acumulação de riqueza”:

[...] o que assistimos no mundo do petróleo e do gás natural é uma expansão veloz da demanda e um aumento da intensidade da competição entre os velhos e os novos grandes consumidores da energia disponível no mundo. Mas essa não é apenas uma disputa normal de mercado, nem é o produto de alguma manobra da OPEP ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é o produto de uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção de energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção (FIORI, 2007, p.187).

Para Lins (2008, p.02), “geografia e política, e obviamente também a economia, se entrelaçam irremediavelmente em torno da energia”. “Não surpreende, desse modo, que a imbricação entre geoeconomia e geopolítica no tocante aos recursos energéticos perpassa os movimentos e processos ligados ao exercício da liderança no sistema internacional” (p.03). A centralidade dos recursos energéticos na acumulação de capital e a proeminência do petróleo na matriz energética em nível planetário outorgam a essa *commodity* um papel decisivo na geoeconomia e na geopolítica do capitalismo.

2.4 Petróleo

A primeira observação a ser feita, ao analisar o petróleo dentro da conjuntura mundial, é a explicação de que, quando abordado no estudo, refere-se ao petróleo bruto². Ainda que os derivados do petróleo sejam de suma importância para o desenvolvimento econômico mundial, não se atentarà à indústria petroquímica.

Vale enfatizar que será vista a importância do petróleo bruto como fonte de inúmeros derivados, de larga utilização nas mais diferentes atividades econômicas.

² É o termo para o óleo não processado. Petróleo no estado em que se apresenta na natureza, sem ter sofrido processamento.

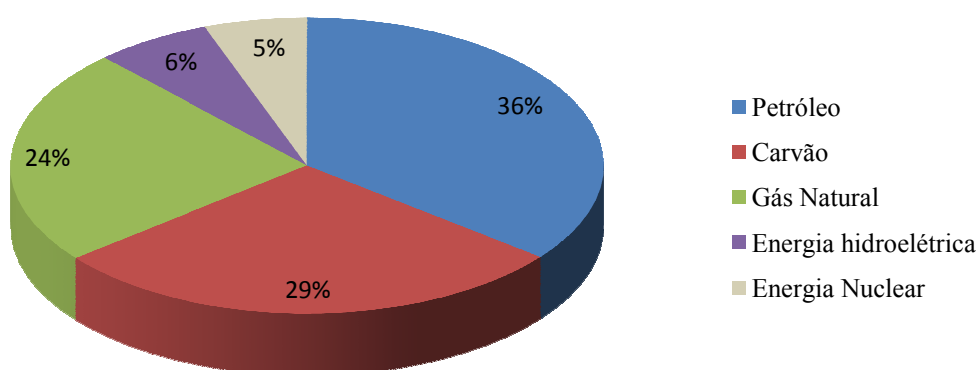
La industria del petróleo no es un sector más de la economía, sino el motor mismo de un conjunto de actividades industriales básicas, que abarcan desde el sector energético y de carburantes hasta la industria petroquímica, los fertilizantes y asfaltos, los productos plásticos y la industria farmacéutica, entre muchas otras actividades. La hegemonía de cualquier país sobre el control de esta materia prima a un precio competitivo favorece la posición exportadora de las industrias de ese país (GIORDANO, 2003 p.44).

Além da importância do petróleo como fonte dos diversos produtos refinados, tem-se a sua acuidade em relação à escassez, fonte de divisas dos países, energia para o crescimento econômico, ser a mais difundida de todas as *commodities* e matriz energética básica da sociedade industrial, ou seja, é o combustível da máquina mundial (KURZ, [2004?]; FIORI, 2005a).

Uma das formas de comprovar sua importância como principal fonte de energia para as atividades econômicas das nações está exposta no gráfico abaixo (Gráfico 2.1), ocupando a primeira posição na matriz energética mundial, com uma participação de 36% na demanda total de energia.

Cabe destacar a correlação entre o gás natural³ e a porção do petróleo, sendo associada sua descoberta, em grande maioria, aos depósitos petrolíferos. O gás natural é a porção do petróleo que existe na fase gasosa ou em solução no óleo, nas condições originais de reservatório, e que permanece no estado gasoso nas condições atmosféricas de pressão e temperatura (WIKIPEDIA, 2008).

Gráfico 2.1 Quantidade mundial consumida de energia primária por tipo, 2007

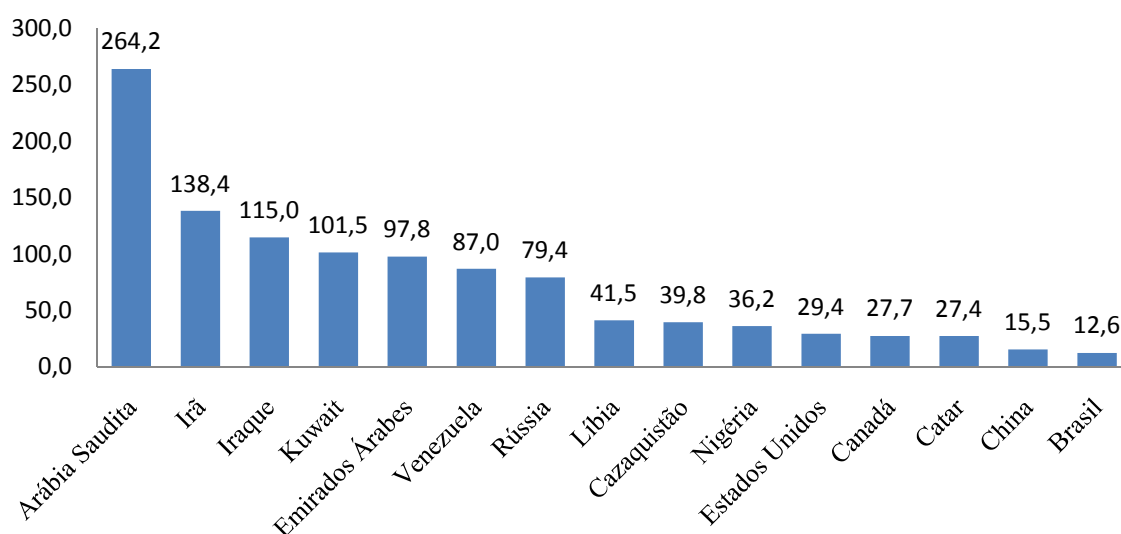


Fonte: STATISTICAL (2008). Elaborado pela autora.

³ O gás natural foi uma das formas que os países buscaram para diversificar sua matriz energética, associado a descobertas de novos aproveitamentos gasíferos e à viabilidade técnica e econômica do transporte de gás natural sob a forma liquefeita (NGLs). Nas palavras de Mathias (2008, p.17), “a queda nos custos de segmentos de liquefação, transporte de NGLs e regaseificação de gás natural ao longo dos anos 1990 foi uma das principais responsáveis pelo crescimento da comercialização do gás natural entre fronteiras”.

No Gráfico 2.2, pode-se perceber a concentração de aproximadamente 58% das reservas entre os cinco primeiros países, todos localizados no Oriente Médio (a quantidade total de reservas de petróleo bruto no mundo gira em torno de mil, duzentos e trinta e oito bilhões de barris), o que torna essa região essencial para a geopolítica e geoeconomia energética.

Gráfico 2.2 As quinze maiores reservas mundiais provadas de petróleo bruto, 2007 (em bilhões de barris)



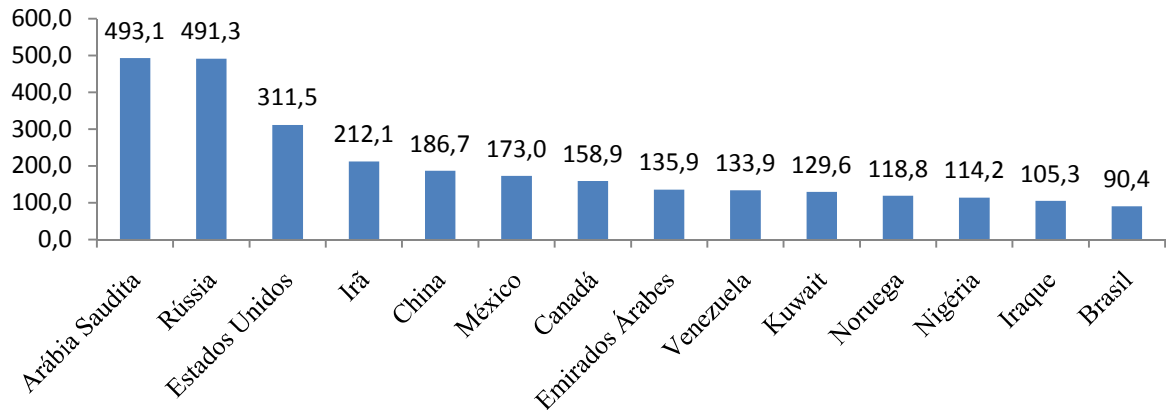
Notas: As reservas oficiais de petróleo do Canadá incluem uma estimativa de 21,0 bilhões de barris de betumem das *oil sands* de Alberta, em 2007.

Os dados de reserva de petróleo bruto incluem o petróleo bruto, gás natural e gás líquido natural (NGLs).

Fonte: STATISTICAL (2008). Elaborado pela autora.

De acordo com o Gráfico 2.3, entre os maiores produtores de petróleo bruto, tem-se, em primeiro lugar, a Arábia Saudita com quase 13% da produção total, seguida da Rússia com 12,5% e logo após os Estados Unidos com 8%. A produção da Rússia vem aumentando desde 2001, enquanto os Estados Unidos têm sua produção diminuída desde 2004. As produções desses três países correspondem a aproximadamente 33% da produção de petróleo bruto mundial, sendo a quantidade total produzida de petróleo bruto três mil, novecentos e seis bilhões de barris (Base, 2007).

Gráfico 2.3 Principais produtores de petróleo bruto mundial, 2007 (em bilhões de barris)



Nota: Os dados de produção de petróleo bruto incluem o petróleo bruto, óleo de xisto, óleo de areias e NGLs (gás líquido natural). Exclui os combustíveis líquidos a partir de outras fontes como a biomassa e os derivados de carvão.

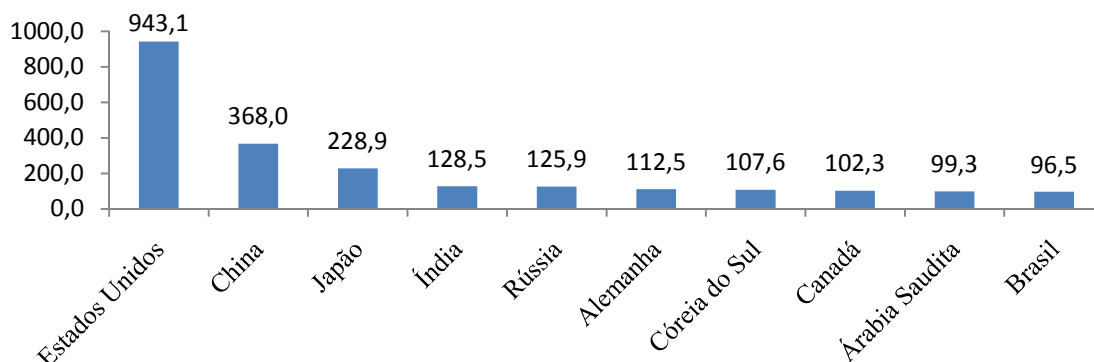
Fonte: STATISTICAL (2008). Elaborado pela autora.

No Gráfico 2.4, pode-se verificar a enorme discrepância dos dados. Com um consumo de quase 24% do total mundial (a quantidade total consumida de petróleo bruto no mundo gira em torno de três mil, novecentos e cinquenta e três bilhões de barris), os Estados Unidos lideram entre os países que mais consomem petróleo do mundo, seguido da China⁴ com 10%, que com mais de um bilhão de habitantes e com uma das economias de maior crescimento do mundo, sua demanda por energia cresce a taxas superiores aos demais países, configurando como um novo ator de importância do cenário geopolítico e geoeconômico energético, assim como a Índia, que está em quarto lugar com pouco mais de 3% do consumo mundial de petróleo bruto.

De acordo com dados da Statistical Review of World Energy, 2003, entre 1992 e 2002, a China aumentou seu consumo de petróleo em 101%; a Índia aumentou em 61%; os Estados Unidos, em 15,7%.

⁴ Dados do EIA (2008) analisam que em 2020 a China terá seu consumo de petróleo bruto aumentado em 150%.

Gráfico 2.4 Os dez maiores consumidores de petróleo bruto mundial, 2007 (em bilhões de barris)



Nota: Os dados do consumo de petróleo bruto incluem a demanda da aviação internacional, da marinha e produtos de petróleo consumidos no processo de refinação. Também está incluído o consumo do combustível etanol e biodiesel.

Fonte: STATISTICAL (2008). Elaborado pela autora.

A Tabela 2.1 ilustra a distribuição das atividades das empresas industriais mais importantes do mundo. Os dados mostram que a indústria petrolífera foi responsável por grande parte das vendas e a atividade mais lucrativa do período, com 20,3% do total de 217 bilhões de dólares, superando a indústria automobilística e de alimentos, ramos considerados mais dinâmicos no contexto após a Segunda Guerra Mundial.

Tabela 2.1 Distribuição das atividades industriais das principais Empresas Transnacionais do Mundo, 1980-2000

	Número de empresas	Vendas	Lucros
Petróleo	11,4	17,8	20,3
Química- Farmacêutica	16,3	12,1	18,5
Informática-Eletrônica	13	17	16,3
Telecomunicações	3	5,5	8,5
Alimentos-Bebidas- Tabaco	13,2	10,2	12,7
Automobilística	8,6	16,2	7,7
Outras Indústrias	34,5	21	16

Notas: As vendas e os lucros foram calculados em bilhões de dólares.

Fonte: Ornelas (2002) apud Gallo (2007).

Diante dos dados analisados, entende-se de maneira bastante ilustrada a geopolítica do petróleo e a sua importância no contexto mundial.

O desenvolvimento econômico de um país, nos dias de hoje, depende essencialmente do seu sistema energético, e , dentro desse condicionamento, observa-se que a indústria do petróleo, em decorrência de seu admirável papel como

fonte de energia e sua incrível versatilidade no tocante a derivados, contribui em grau maior para a maximização do processo econômico. [...] colocam numa posição de destaque na política internacional, que, se não se acha completamente dominada pelo petróleo, está fortemente influenciada por ele, a ponto de dizer, com muita propriedade, que o petróleo faz a política da paz e a política da guerra (MARINHO JR., 1970, p.15-16).

Conforme Lins (2008), a relevância do petróleo também está ligada a fatores como a expansão de seu consumo, a localização das principais reservas e a estrutura de escoamento das regiões produtoras para consumidoras.

O uso comercial do petróleo deu-se por alguns fatores, segundo Fiori (2005b); Mathias (2008) e Conant; Gold (1981), descobertas de imensos depósitos, preços mais baratos, menor dano ao meio ambiente e facilidade de sua extração e transporte (em relação ao carvão) pelo fato de o petróleo se encontrar no estado líquido à temperatura ambiente, aumento da motorização, grande número de derivados provenientes e quantidade mínima de mão-de-obra, além de motivos políticos. Governos e indústrias perceberam que era uma forma de reduzir a força dos sindicatos dos trabalhadores das minas de carvão.

O petróleo ficou sendo conhecido, por volta de 1850, como o óleo de iluminação para munir de lamparinas as torcidas, em substituição ao perigoso óleo de baleia, começando a era do petróleo para iluminação, que inicia seu término com a descoberta de Thomas Alva Edison, em 1877, da lâmpada incandescente. Isso transformou paulatinamente o uso das lamparinas pela iluminação elétrica (ALVEAL, 2003; MARINHO JR., 1970).

O ano de 1911 é, de acordo com Marinho Jr. (1970), um ponto de referência extremamente importante na evolução da indústria petrolífera. Isto porque foi o ano em que a Ford⁵ lança a fabricação em série de automóveis, e assim, a Standart Oil (New Jersey-EUA), principal produtora de petróleo do mundo, vendera mais gasolina do que óleo para iluminação, iniciando um novo ciclo do petróleo: a era da gasolina, que durará até 1939.

Se em tempos de paz o petróleo se havia tornado objeto de intensas rivalidades entre os grupos internacionais, elas seriam mais vigorosas ainda nos anos seguintes, tendo em vista, sobretudo, o papel de destaque desempenhado pelo petróleo no curso das operações militares da I Guerra Mundial (MARINHO JR., 1970, p.33).

Dessa forma, o petróleo colocou-se no centro da geopolítica internacional ao relacionar-se com a eficiência na locomoção das forças armadas, promovendo sua importância militar com o passar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (FIORI, 2005b).

⁵ Em 1908, Henry Ford lança seu Modelo T, o primeiro carro de produção em massa.

[...] ter ou controlar fontes de petróleo e as rotas por onde ele é transportado se tornou questão de vida e morte para as sociedades contemporâneas. O fato de ele ser o sangue vital das forças armadas modernas, movendo aviões, tanques e navios, apenas ressalta esse seu papel fundamental (BERTONHA, 2005, p.01).

A importância militar do petróleo “somente se concretizou porque houve uma tecnologia sempre fecunda em inovações e processos de aprimoramento” (MARINHO JR., 1970, p.30). Ou seja, a tecnologia no refino do petróleo tornou-se a exata expressão da diferença entre a derrota e a vitória das nações.

Nas palavras de Marinho Jr. (1970, p.33):

O comentário traduzia com fidelidade a vital importância do petróleo no curso da I Guerra Mundial na estratégia militar e diplomática dos beligerantes, e principalmente dos aliados, que melhor do que ninguém souberam aquilatar o quanto era decisivo para qualquer operação militar de larga escala o emprego e o contínuo reabastecimento de combustíveis. Sem eles, os exércitos ficariam imobilizados, as frotas permaneceriam em suas bases e os aviões ficariam presos em seus hangares, à mercê dos inimigos. Com eles, as tropas adquiririam mobilidade, os blindados executariam movimentos profundos à retaguarda dos exércitos, os aviões ganhariam maior autonomia de voo e as marinhas de guerra, maior raio de ação.

Após a Segunda Guerra Mundial, o petróleo ganha papel fundamental para os países em desenvolvimento, devido a sua importância crucial para alcançar a prosperidade econômica, a saúde do balanço de pagamentos e a distribuição de riqueza e bem-estar no interior das nações e entre as nações:

No imediato pós-II Guerra Mundial, evidenciou-se o caráter estratégico da indústria petrolífera, para preservar ou aumentar posições de domínio econômico e político, nas nações desenvolvidas, ou para alavancar processos de industrialização, nos países com grandes reservas (ALVEAL, 2003, p. 12).

Tal é a influência do petróleo no êxito das operações militares durante a Segunda Guerra Mundial, tal é o número de consumo deste combustível nos múltiplos mistérios industriais do mundo, tal é a posição das grandes potências apoiando acintosamente a integração internacional de suas elites controladoras para, quando não se apropriarem das jazidas conhecidas, conseguirem ao menos exercer sobre elas poderoso controle, que os Estados Nacionais, buscando refugir à constrição da conjuntura, viram-se na contingência de intervir no negócio do petróleo (MARINHO JR., 1970).

Assim, a indústria do petróleo sofreu o impacto do nacionalismo, configurado pelo interesse crescente dos *host governments*⁶ em operações petrolíferas, desalojando ou

⁶ Governos anfitriões.

modificando os contratos de concessões⁷ dados às companhias privadas de petróleo. “Compreenderam os Governos que tal elemento essencial à organização da defesa militar não podia continuar a critério de particularidades e, muito menos, de nações estrangeiras, embora amigas e aliadas” (MARINHO JR., 1970, p.45).

O petróleo passou a ser considerado a fonte germinadora do desenvolvimento econômico, do progresso social e fonte de divisas, inter-relacionado ao esquema de segurança nacional, imprescindível em cada país. Por isso, na atual conjuntura analisada, todos os governos nacionais passaram a tratar os assuntos de petróleo com o espírito eminentemente nacionalista, procurando assegurar sobre o mesmo o maior controle possível (MARINHO JR., 1970).

[...] a análise da indústria do petróleo, numa perspectiva conjuntural, demonstra o quanto é vital para a emancipação de um povo, o quanto é essencial para o crescimento econômico de uma nação e, sobretudo, o quanto é imprescindível para o sistema de segurança nacional de um país, nos dias de hoje, o desenvolvimento programado da indústria petrolífera. Chega-se à conclusão de que o petróleo [...] é o impulsionador do progresso e do bem-estar, representando o poder político, econômico e militar. Daí a preocupação dos governos contemporâneos em equacionar a problemática do petróleo dentro de um regime de maior controle governamental ou de maior incidência do intervencionismo do Estado (MARINHO JR., 1970, p.49-50).

Após a tomada de consciência do papel estratégico do petróleo dentro da conjuntura mundial, as nações formularam uma política petrolífera nacional da qual fosse garantida no sistema concessionário a soberania sobre seus recursos petrolíferos por acordos livremente negociados e a participação no mínimo igualitária nos lucros da produção (MARINHO JR., 1970).

[...] é tendência predominantemente da atual estrutura da indústria petrolífera, a participação, cada vez mais intensa do Estado, sob forma de joint-ventures, de empresas mistas ou empresas públicas, na economia do petróleo. [...] A intervenção direta do Estado, sob forma societária, na indústria petrolífera, tanto parece ter nascido da transição entre o Estado colonialista e a independência de algumas nações, como da valorização quantitativa e qualitativa do petróleo para a economia interna de países em vias de desenvolvimento (MARINHO JR., 1970, p.226-227, grifo no original).

Os governos se preocupavam em dar proteção às operações internacionais de suas respectivas elites controladoras na emissão de posse das jazidas petrolíferas no exterior, confirmando o entendimento e a cooperação que existia entre o Departamento de Estado e as

⁷ Geralmente utilizada em operações estrangeiras, refere-se a uma grande área concedida ao operador pelo governo anfitrião por um certo tempo e sob condições determinadas pelo governo que permitem ao operador conduzir atividades de exploração e/ou desenvolvimento.

elites controladoras de petróleo (MARINHO JR., 1970).

Segundo Marinho Jr. (1970), o intervencionismo dos Estados Nacionais na economia petrolífera é precedido, na maioria das vezes, pela intervenção das elites controladoras internacionais na política e na economia dos países produtores ou consumidores de petróleo. E com base nessa relação é que se avalia a crescente importância da indústria petrolífera no âmbito das relações internacionais: o petróleo não é apenas o mais importante artigo do comércio mundial; é também, e principalmente, o elemento primeiro da segurança nacional.

Nesse contexto, são as grandes companhias petrolíferas que determinam muito das políticas externas dos países. De acordo com Fiori (2005b, p.312):

O petróleo também propiciou o surgimento de grandes companhias, entre as quais algumas das maiores, mais sofisticadas e mais emblemáticas do mundo moderno. As petroleiras, por seu tamanho e experiência, são responsáveis por financiar e gerenciar investimentos que isoladamente envolvem bilhões de dólares e horizontes de retorno que podem se estender por décadas. Comandam uma enorme massa de recursos que vai migrando ao longo do globo terrestre de áreas em declínio para novas fronteiras de produção.

Para Giordano (2005), as companhias transnacionais petrolíferas também representam uma enorme influência dentro do jogo geopolítico das nações. As companhias transnacionais que monopolizam a comercialização do petróleo e seus produtos refinados se encontram entre os principais atores do sistema econômico internacional, tanto por seu volume de vendas e aplicação no exterior, como pela concentração de poder político que ostentam. Influem decisivamente nos desenhos geopolíticos dos grandes centros de poder e são os principais beneficiários dos créditos econômicos das aplicações militares que impulsionam seus respectivos governos em distintos continentes.

O petróleo ajuda a desenvolver as indústrias americanas, pois abrange diversas atividades correlacionadas, a exemplo das indústrias bélicas, as companhias petroleiras e os setores de bens pesados, além de aumentar sua rentabilidade. Conforme Giordano (2003, p.101):

[...] la economía de Estados Unidos fue la más beneficiada por el incremento del precio del petróleo, tanto en forma directa – por la mayor rentabilidad de sus propias explotaciones petrolíferas y, principalmente, por la cuota de mercado que controlan sus compañías transnacionales a nivel mundial – como indirectamente, al encarecerse las importaciones petrolíferas de sus competidores industrializados que no poseen reservas de crudo y dependen por entero del suministro exterior.

Na concepção de Fiori (2005b, p.311), “a experiência da II Guerra levou os estrategistas americanos a, no imediato pós-guerra, terem claro a importância do petróleo na remontagem do sistema de relações internacionais”. Isso por causa de seu papel para a

máquina militar e sua importância diante da queda da produção nacional e aumento da dependência de fornecimento externo.

Tão essencial se tornou o papel do petróleo dentro da política externa americana que nos Documentos Parlamentares CIII – Petróleo - Câmara dos Deputados (1945), p.393 apud Marinho Jr. (1970, p.115-116):

O Departamento do Estado nomeou recentemente cerca de treze conselheiros ou attachés de petróleo, distribuídos nos pontos importantes do mundo para ajudar os embaixadores na solução dos problemas do petróleo. O departamento tem desenvolvido muito ativamente sua política de ajuda às companhias americanas na obtenção das concessões estrangeiras e tem sido vigilante na defesa dos seus interesses, tanto que estes estão integrados no interesse nacional do nosso país.

Diante dos fatores relatados acima, mostrando sua importância dentro do contexto mundial, o petróleo continuará sendo um catalisador fundamental da geopolítica mundial, sendo tanto um recurso cobiçado pelas potências, pequenas ou grandes, como um instrumento chave para atuar, direta ou indiretamente, no cenário mundial (BERTONHA, 2005).

Após analisar a forma como a hegemonia torna-se suprema, como a geopolítica escolhe a melhor estratégia que a nação deverá adotar a fim de atingir o poder mundial, no caso dos Estados Unidos manter seu poder, e a economia como motivo pelo qual os EUA disputam novos espaços, o petróleo, diante de sua importância como combustível da máquina mundial, tem um papel decisivo na geopolítica energética.

Dessa forma, mobilizando os Estados Unidos, maior consumidor e crescente importador, a controlar as fontes de reservas do petróleo, para garantir sua segurança nacional.

CAPÍTULO 3

3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS EMPRESAS PRODUTORAS DE PETRÓLEO DOS ESTADOS UNIDOS

Neste capítulo, será feito um levantamento histórico desde o surgimento do petróleo nos Estados Unidos. A partir da formação das empresas petrolíferas e da atual conjuntura petrolífera americana, será configurada a importância do petróleo para a manutenção da máquina produtiva americana e sua geopolítica até os dias atuais.

A exploração de petróleo nos Estados Unidos começou em meados do século XIX, sendo motivada pela necessidade de substituir o custoso óleo vegetal para iluminação, em função das limitações de produção (a baleia estava sendo caçada em direção à extinção), por outra fonte de matéria-prima.

No início da década de 1850, experimentos com o refino de petróleo demonstraram que um produto dele derivado, o querosene, poderia atender satisfatoriamente à iluminação. Todavia, o petróleo não estava disponível em grandes quantidades no solo, sendo preciso obtê-lo no subsolo (MATHIAS, 2008).

Em 1854, foi criada a primeira companhia americana: Pennsylvânia Rock Oil, a qual, depois de inúteis escavações buscando petróleo, teve a idéia de perfurar um poço de uma maneira similar à que se empregava para perfurar poços de sal. Assim, no mês de agosto de 1859, foi encontrado petróleo na profundidade de 30 metros num local conhecido como Arroio do Óleo, próximo a Titusville – Pennsylvânia, pelo legendário Coronel⁸ Edwin Drake. Esta descoberta deu início à exploração comercial do petróleo, quando milhares de exploradores correram para a região, transformando-a, até 1900, na área produtora mais importante dos Estados Unidos (CENTENO, 1974).

Nessa fase, não havia padronização alguma da qualidade do querosene, sendo compatível com o nível de desenvolvimento tecnológico da época – a destilação era feita a partir do aquecimento do óleo para a extração das frações do querosene. Os únicos campos explorados eram aqueles em terra e que eram de mais fácil perfuração, achados através de pequenos montantes de óleo que afloraram naturalmente à superfície do solo ou subsolo (YERGIN, 1992).

⁸ Edwin L. Drake não era um coronel. Esse título fictício foi entregue pela Pennsylvânia Rock Oil.

Alveal (2003, p.03-04) relata que as empresas petrolíferas “se avocaram a produzir o mais rápido e na maior quantidade possível, com frequência danificando os reservatórios ou levando à exaustão prematura dos poços. Motivada por altas e rápidas recompensas”. A indústria era competitiva, mas caracterizada por uma concorrência desorganizada, com importantes flutuações nos preços, em função dos bruscos movimentos na oferta.

Em 1870, John D. Rockefeller estabeleceu a Standard Oil Company em Cleveland – Ohio, constituindo o maior dos monopólios da economia americana na passagem do século, sendo fundamental para o desenvolvimento da economia capitalista moderna do século XX (ALVEAL, 2003).

[...] a Standard Oil se tornou monopolista integrada verticalmente em todos os segmentos da cadeia do petróleo (E&P, transporte de cru, refino, transporte de derivados e distribuição). A partir desta total integração, obteve grandes economias de escala, escopo e de custos de transação. As economias de escala se deram em função do vultoso aumento dos volumes extraídos e processados sem que houvesse um aumento substancial do investimento em capital fixo, reduzindo-se assim o custo médio; as economias de escopo se deram em função de produzir, transportar e comercializar vários derivados a partir da mesma logística operacional, e as economias de custos de transação se deram em função de toda a cadeia petrolífera pertencer a uma única empresa (SOUZA, 2006, p.22).

Para Alveal (2003, p.05), “o crescimento da Standard Oil foi produto da rápida industrialização da economia americana nas últimas décadas do século XIX que, num curto espaço de tempo, transformou muitas pequenas empresas em grandes conglomerados e trustes”.

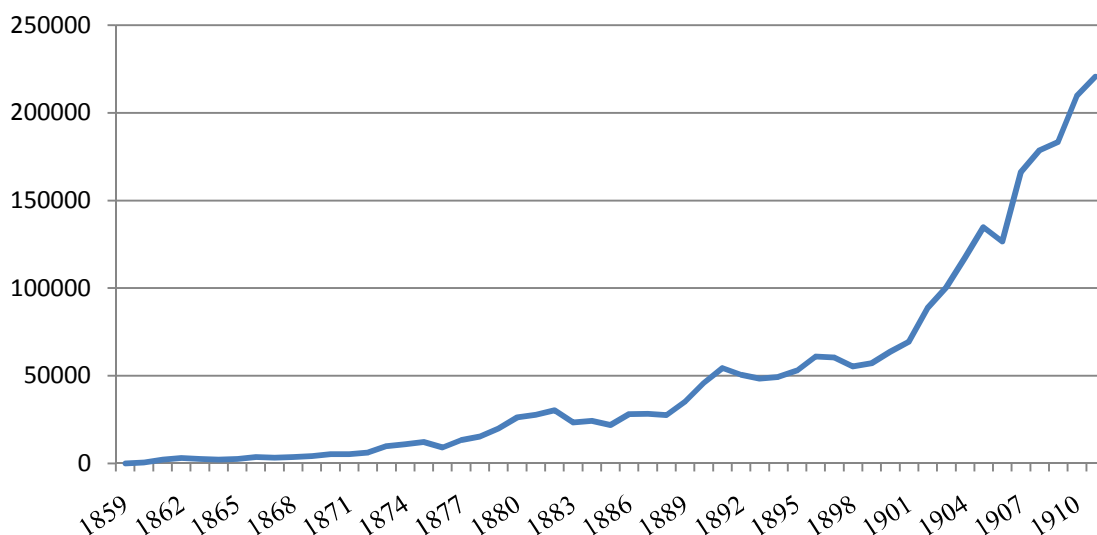
No ano de 1907, a Standard Oil controlava 67 subsidiárias, 9 companhias de refino, 5 companhias de óleo lubrificante e compostos, 3 companhias produtoras, 12 companhias de oleoduto, uma companhia transportadora de vagões-tanques, 6 companhias distribuidoras de gás e 45 companhias de petróleo no exterior (MARINHO JR., 1970)

Em 1911, por ordem da Suprema Corte dos Estados Unidos, a Standard Oil Trust foi dividida em trinta e quatro empresas, ainda assim poderosas. As empresas formadas através dessa cisão foram: Anglo-American Oil Company; Atlantic Refining; Borne-Scrymser Company; Buckeye Pipe Line Company; Chesebrough Manufacturing Company; Colonial Oil Company; Continental Oil Company; Crescent Pipe Line Company; Cumberland Pipe Line Company; Eureka Pipe Line Company; Galena-Signal Oil Company; Indiana Pipe Line Company; National Transit Company; New York Transit Company; Northern Pipe Line Company; Ohio Oil Company; Prairie Oil & Gas; Solar Refining Company; South Penn Oil Company; Southern Pipe Line Company; Southwest Pennsylvania Pipe Lines Company; Standard Oil Company of New York; Standard Oil Company of Louisiana; Standard Oil of

California; Standard Oil of Indiana; Standard Oil of Kansas; Standard Oil of Kentucky; Standard Oil of Nebraska; Standard Oil of New Jersey; Standard Oil of Ohio; Swan & Finch Company; Union Tank Lines; Washington Oil Company e Waters-Pierce (WIKIPEDIA, 2008).

De acordo com o Gráfico 3.1, a produção total de petróleo bruto dos Estados Unidos, desde sua primeira exploração, até o ano de 1911, teve um significativo crescimento, comandado especialmente pelo crescimento acelerado do mercado de iluminação, com algumas interrupções temporárias, indo de 2 mil barris, em 1859, para 220.449 mil barris no ano de 1911, tornando-o o maior produtor de petróleo do mundo.

Gráfico 3.1 Produção total dos Estados Unidos de petróleo bruto, 1859-1911 (em mil barris)



Fonte: EIA (2008). Elaborado pela autora.

Com a divisão da Standard Oil (1911), segundo Alveal (2003), iniciava-se uma nova fase, baseada na concorrência entre poucas companhias multinacionais grandes e integradas, denominadas *majors*. Nesse mesmo período, houve a rápida ascensão do automóvel, a difusão da eletricidade e o aumento do consumo de derivados de petróleo durante a Primeira Guerra Mundial, que ajudaram a indústria petrolífera a se configurar de outra maneira.

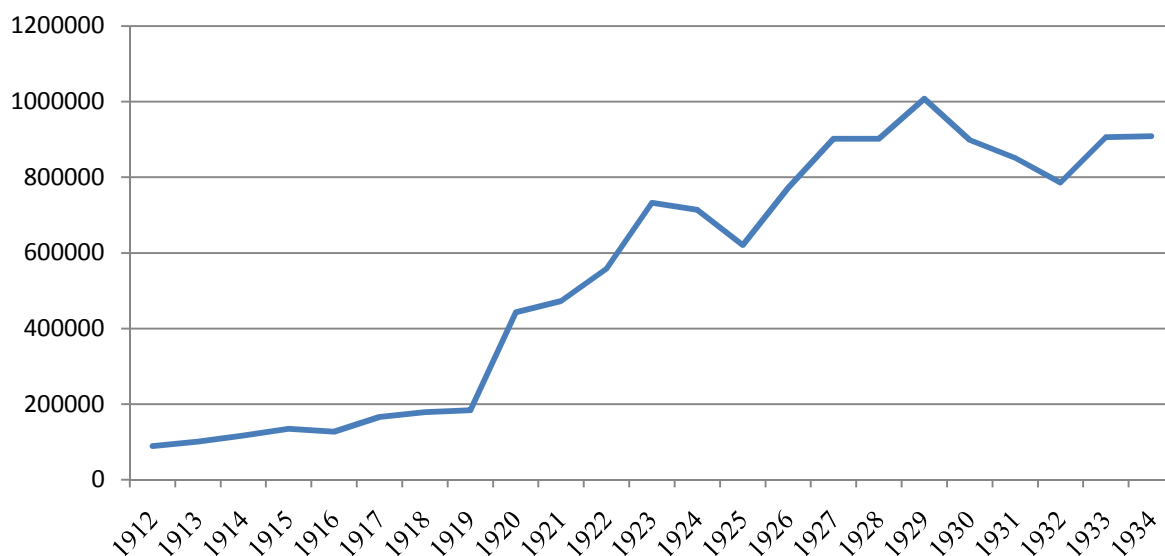
Diante dessas características, foi necessário que novas regiões iniciassem sua exploração de petróleo. Assim, os governos e as grandes corporações da Europa e EUA tomaram a frente e disputaram por posse ou concessões das jazidas do Oriente Médio, Ásia, América Latina, tendo como objetivos: controlarem seus meios de produção e das outras nações de forma a gerar mais valor a si próprias (SOUZA, 2006).

Paralelo à política de exploração em outros países, a indústria petrolífera americana viveu sob o regime de *proration* - até início dos anos 1970 -, ou seja, todos os poços, com exceção dos menos produtivos, tinham de respeitar cotas definidas nos seus Estados, e o comércio interestadual era submetido a limites rígidos, estritamente controlados (FUSER, 2005).

Conforme Mathias (2008), a indústria nesse período (1912-1934) se desenvolvia de forma relativamente estável, como resultado da crescente percepção, por parte das *majors*, de disciplinar o desenvolvimento da indústria, controlando o suprimento do óleo bruto ao mercado, a fim de evitar uma sobre-oferta que resultasse em queda de preços e, mais que isso, a guerra de preços entre os agentes.

Com base no Gráfico 3.2, pode-se constatar uma tendência de aumento da produção dos Estados Unidos de petróleo bruto, com uma subida mais acentuada nos anos 1920, devido ao aumento do preço do petróleo. Apenas interrompida pela Depressão de 1929.

Gráfico 3.2 Produção total dos Estados Unidos de petróleo bruto, 1912-1934 (em mil barris)



Fonte: EIA (2008). Elaborado pela autora.

As negociações entre as empresas acabaram resultando num conjunto de regras que ficou conhecido como Acordos de Achnacarry, o qual representou uma espécie de acordo de cartel, com uma partição precisa dos mercados mundiais, que consolidou as posições até então conquistadas pelas sete maiores petrolíferas mundiais (ALVEAL, 2003).

Os princípios gerais acordados em Achnacarry foram seguidos por três acordos (nos

anos de 1930, 1932 e 1934) que, progressivamente, alocaram funções com objetivos muito específicos de controle para a operação internacional das empresas nos países consumidores, cobrindo os principais tópicos de funcionamento da indústria: i) fixação de quotas de produção; ii) ajustamentos para equilibrar o comércio de cru e de derivados; iii) fixação de preços e outras condições de venda; e iv) controle de condições dos novos entrantes na indústria (PENROSE, 1968; BLAIR, 1978 apud ALVEAL, 2003, p.10).

O acordo de Achnacarry iniciou a fase do reinado das “Sete Irmãs”⁹: Standard Oil of New Jersey (atual Exxon), Standard Oil of Califórnia (atual Chevron), Guf Oil Company, Texaco, Standard Oil of New York (atual Móbil), Royal Dutch-Shell e British Petroleum (BP). Cinco das Sete Irmãs eram estadunidenses.

“Até início da década de 1950 as Sete Irmãs detinham aproximadamente 90% das provisões mundiais de petróleo e controlavam em torno de 75% das atividades de refino e distribuição dos produtos petrolíferos” (PERCEBOIS, 1989 apud MATHIAS, 2008, p.55)

Terminada a Segunda Guerra Mundial, verificou-se um declínio permanente do controle da indústria pelo cartel das Sete Irmãs, tornando-se mais evidente no final dos anos 1990. Entre as causas que solaparam o poder do cartel, estavam, segundo Alveal (2003, p.13-14):

i) a criação de empresas estatais e a nacionalização das indústrias de petróleo, ocorrida na década de 50, aumentara nos anos 60 e se completara nos anos 70; ii) o retorno do petróleo russo ao mercado europeu já nos anos 50; iii) a criação da OPEP em 1960 em resposta à redução de preços operada pelas majors; iv) o início da internacionalização das grandes companhias independentes americanas, minors, na década de 60; v) a negociação de acordos mais favoráveis para os países exportadores das estatais européias, notadamente a italiana Ente Nazionale Idrocarburi - ENI, desestabilizando as regras contratuais estabelecidas pelas grandes empresas do cartel da IMP nas concessões do Oriente Médio; e vi) o surgimento, enfim, de novos produtores, como a Indonésia e a Nigéria nos anos 60.

Em 1960, foi fundada a OPEP, porém, como os países formadores ainda tinham uma série de acordos de concessões com as *majors*, seu peso no contexto mundial não pôde ser tão percebido logo após sua formação. Entretanto, já na década de 1970, em especial no ano de 1973, a OPEP mostrou seu peso no mercado mundial elevando o preço¹⁰ do óleo Árabe Leve em 70%, enquanto seus membros começam a diminuir sua produção. A dependência dos

⁹ Denominação irônica de autoria de Enrico Mattei, presidente da estatal italiana Ente Nazionale Idrocarburi-ENI (1953-1962). Representavam na época as sete maiores empresas (as estadunidenses Exxon, Gulf Oil, Chevron, Mobil Oil e Texaco; a Anglo-Holandesa Royal Dutch Shell; e a Britânica British Petroleum) que dominavam o mercado petrolífero mundial.

¹⁰ O preço na maior parte dos países que operam companhias multinacionais, só uma pequena parte do preço final (às vezes somente 10%) é o que realmente recebe o país produtor sobre o valor de venda do barril. O restante compõe-se de gastos com transporte, comercialização e especulação. Uma vez refinado o petróleo, o preço dos seus derivados petrolíferos se multiplica por três ou quatro vezes mais, conforme análise dos países consumidores.

Estados Unidos sobre os países da OPEP tornou-se cada vez mais crescente, aumentando ainda mais o poder das nações e diminuindo o peso das *majors* no mercado mundial.

Em 1975, as Sete Irmãs não mais controlavam as atividades de exploração e produção de petróleo, o que reduziu consideravelmente o seu peso no mercado mundial de petróleo.

As etapas que seguiram a formação do cartel das Sete Irmãs podem ser acompanhadas pela Tabela 3.1, principalmente pela quota mundial do mercado que as Sete Irmãs detinham.

Tabela 3.1 O peso do cartel das Sete Irmãs no mercado internacional do petróleo¹ (em mil barris por dia)

Companhias	1950	1960	1970	1980	1990	1995	1998
Exxon	1,3	2,5	6,1	4,0	1,7	1,7	1,6
Gulf Oil	0,5	1,6	3,2	1,2	³	³	³
Chevron	0,4	1	2,6	3,0	0,9	1,0	1,1
Texaco	0,5	1,4	3,2	3,3	0,8	0,8	0,9
Mobil Oil	0,3	0,8	2,1	2,0	0,9	0,8	0,9
Royal Dutch Sheel	0,9	2,0	5,1	3,7	1,9	2,2	2,4
BP	0,7	1,5	4	2,4	1,3	1,2	2,0 ⁴
Total	4,7	10,9	26,4	19,6	7,5	7,7	8,9
Total do Mundo ²	8,5	18,7	40	47,9	51,3	56,4	62,5
Quota das Sete Irmãs (%)	55	58	66	41	15	14	14

Notas: ¹Inclui petróleo condensado e gás natural líquido.

² Excluindo os países onde o Estado controla a economia.

³ Comprado em 1984 pela Chevron.

⁴ Incluindo Amoco.

Fonte: Clô (2000).

A década de 1980 e mais fortemente os anos de 1990 são marcados pelo movimento de fusões, parcerias e aquisições entre as diversas empresas petrolíferas, conforme analisado na Figura 3.1, resultando em companhias com redobrada influência. Para Giordano (2003), as multinacionais americanas possuem como característica inerente, mais do que em qualquer outro setor, a elevada concentração vertical e horizontal das atividades, a altíssima disseminação geográfica e sua capacidade de estabelecer os preços em mercados completamente cativos.

Figura 3.1 Principais aquisições e fusões na indústria petrolífera, 1997-2005

Origem ¹	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Britânica	British Petroleum	BP Amoco	BP Amoco	BP	BP	BP	BP	BP	BP
Estadunidense	American Oil Company								
Estadunidense	Arco	Arco	Arco						
Britânica	Castrol Moto Oil	Castrol Moto Oil	Castrol Moto Oil	Veba Oel	Veba Oel	TNK			
Alemã	Veba Oel	Veba Oel	Veba Oel						
Russa	TNK	TNK	TNK	TNK	TNK	TNK			
Estadunidense	Móbil	Móbil	Exxon	Exxon	Exxon	Exxon	Exxon	Exxon	Exxon
Estadunidense	Exxon	Exxon	Móbil	Móbil	Móbil	Móbil	Móbil	Móbil	Móbil
Indiana	Pennzoil Quaker State	Pennzoil Quaker State	Pennzoil Quaker State	Pennzoil Quaker State	Pennzoil Quaker State	Shell	Shell	Shell	Shell
Britânica	Shell	Shell	Shell	Shell	Shell				
Estadunidense	Enterprise	Enterprise	Enterprise	Enterprise	Enterprise				
Alemã	DEA	DEA	DEA	DEA	DEA	Conoco Phillips	Conoco Phillips	Conoco Phillips	Conoco Phillips
Estadunidense	Tosco	Tosco	Tosco	Tosco	Phillips Tosco				
Estadunidense	Phillips	Phillips	Phillips	Phillips	Phillips				
Estadunidense	Conoco	Conoco	Conoco	Conoco	Conoco	Lukoil	Lukoil	Lukoil	
Russa	Lukoil	Lukoil	Lukoil	Lukoil	Lukoil				
Francesa	Total	Total	TotalFina	TotalFinaElf	TotalFinaElf	TotalFinaElf	Total	Total	Total
Francesa	Fina	Fina							
Francesa	Elf	Elf							
Estadunidense	Chevron	Chevron	Chevron	Chevron	Chevron Texaco	Chevron Texaco	Chevron Texaco	Chevron Texaco	Chevron
Estadunidense	Texaco	Texaco	Texaco	Texaco					
Estadunidense	Unocal	Unocal	Unocal	Unocal					
Italiana	Ente Nazionale Idrocarburi	Ente Nazionale Idrocarburi	Ente Nazionale Idrocarburi	Ente Nazionale Idrocarburi	ENI	ENI	ENI	ENI	ENI
Britânica	Lasmo	Lasmo	Lasmo	Lasmo					

Nota: ¹ Representa a origem do capital para a formação da empresa.

Fonte: Petrobras (2005) apud Souza (2006). Adaptada pela autora.

A razão preponderante desse movimento é o fato de as “empresas buscarem aumentar suas escalas e horizontes de produção no futuro mais imediato, sem incorrer em custos de aumentados esforços exploratórios” (SOUZA, 2006, p.51).

3.1 A atual geopolítica do petróleo estadunidense

O século XX foi o século em que o petróleo e seus derivados moldaram o estilo de

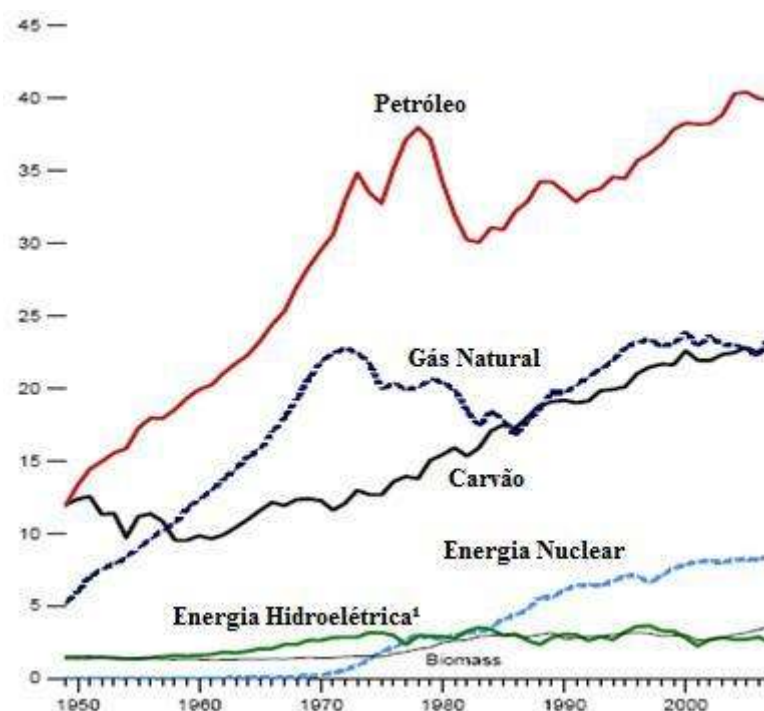
vida americana. Desde matéria-prima para a fabricação da película cinematográfica, do disco de vinil, aos fios sintéticos, ao plástico e, em especial, aos pesticidas e adubos químicos que possibilitaram a Revolução Verde (MENEZES, 2003).

A lenha foi a fonte de energia primária dominante a partir da fundação das primeiras colônias até finais do século passado. Mas daí em diante, a era moderna foi marcada pela aceleração do aparecimento de novas fontes de energia. O carvão terminou com a longa dominação da lenha, superado somente em 1951 pelo petróleo e gás natural. Nos EUA a energia hidroelétrica apareceu em 1890 e a nuclear em 1957 nos Estados Unidos.

Entretanto, o petróleo e o gás natural permanecem durante várias décadas mantendo sua taxa de crescimento, mostrando a importância do petróleo como principal fonte de energia para o consumo dos Estados Unidos.

O Gráfico 3.3 ilustra esse consumo de energia primária dos Estados.

Gráfico 3.3 Consumo de energia primária dos Estados Unidos por tipo, 1949-2007 (em quadrilhões de BTU)



Nota:¹ Hidroelétricas convencionais.

Fonte: EIA (2008).

Os Estados Unidos têm sido, desde o princípio, o primeiro país produtor de petróleo do mundo, com uma grande diferença em relação aos outros países, e depois da Segunda Guerra Mundial foi também o maior consumidor mundial de petróleo. Este papel de principal

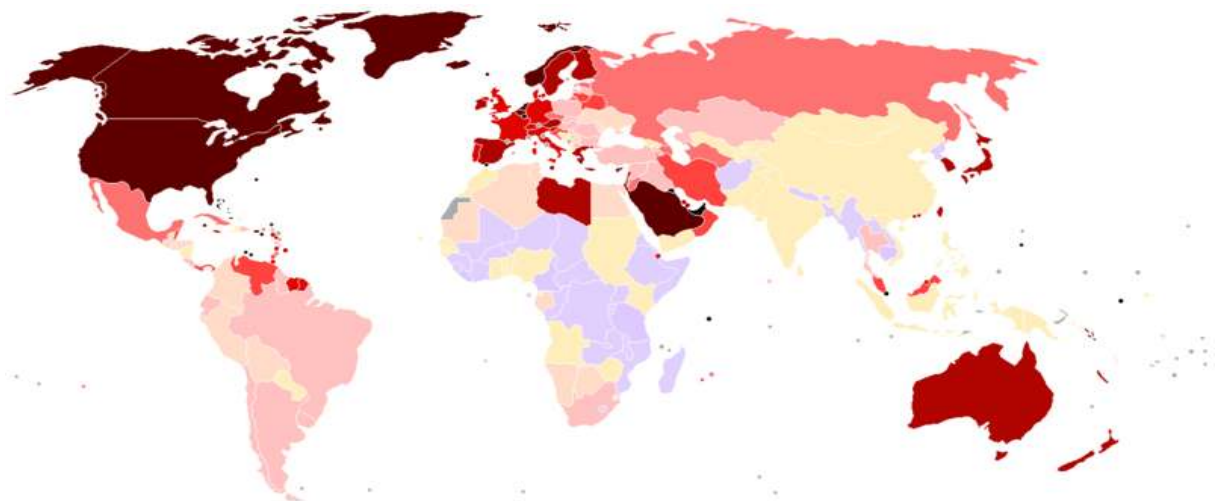
produtor e consumidor mundial durante quase cem anos tem dado aos Estados Unidos uma grande importância em toda a atividade petrolífera, já que o modo de fazer, a organização e a tecnologia são, todavia, basicamente estadunidenses (CENTENO, 1974).

Dentro da importância petrolífera para os EUA, Menezes (2003) também afirma que o referido país e suas empresas petrolíferas conseguem se colocar em primeiro plano, devido ao fato de serem grandes produtores, deterem conhecimento altamente especializado na gestão dos negócios petrolíferos e tecnologia de ponta na prospecção, refino e distribuição, tornando-os altamente competitivos.

Como grande consumidor mundial e sua capacidade produtiva muito aquém, essa diferença precisa ser importada. Como o valor importado é bastante significativo, os Estados Unidos conseguem exercer grande influência no mercado mundial do petróleo (Relatório do Estudo das Variáveis que Influenciam no Preço do Petróleo e do Óleo Diesel, 2007).

Existem duas principais formas de medir o consumo de petróleo dos países: pela população ou pelo Produto Interno Bruto (PIB). Nações com grandes economias como os Estados Unidos tendem a utilizar o PIB como base métrica. Dessa forma, de acordo com Wikipedia (2008) o consumo de petróleo com base no PIB é de 1,65 US\$1000/(barris/ano) e em relação ao consumo per capita é de 68,81 barris/pessoa/ano. Essa configuração dos Estados Unidos como maior consumidor é ilustrada na Figura 3.2, as cores mais escuras representam os países que mais consomem.

Figura 3.2 Consumo de barris de petróleo bruto per capita, 2007



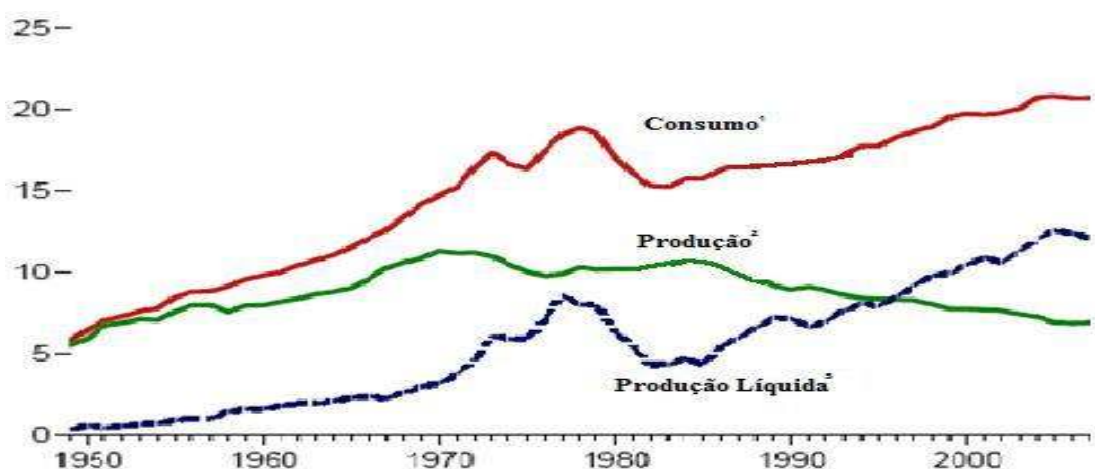
Fonte: Wikipedia (2008).

Entre 1900 e 1950, a indústria dos Estados Unidos era praticamente auto-suficiente,

produzindo quase todo o petróleo de que precisava. No fim da década, com o término da Segunda Guerra Mundial, o fosso entre a produção e o consumo começou a se ampliar.

A grande disparidade entre o crescimento da produção e o consumo, conforme verificado no Gráfico 3.4, está modificando consideravelmente a posição do país no que se refere a seu comércio exterior de petróleo. A curva Produção Líquida mostra que, quanto mais ascendente, maior é a diferença entre a produção e a necessidade de consumo.

Gráfico 3.4 Consumo, produção e produção líquida de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1949-2007 (em milhões de barris por dia)



Notas: ¹ Consumo de petróleo bruto e gás natural líquido.

² Produção de petróleo bruto e gás natural líquido.

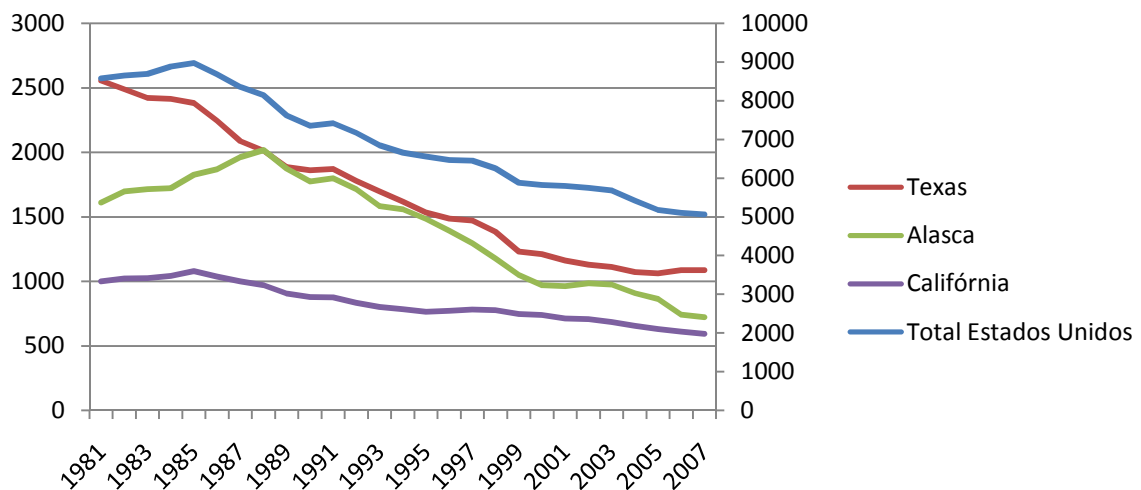
³ Produção menos Consumo.

Fonte: EIA (2008).

Uma grande onda de produção petrolífera na região de Prudhoe Bay, no Alasca, começou no final dos anos 1970 e ajudou a adiar o declínio da produção total dos Estados Unidos. Entretanto, desde 1981 a produção total de petróleo bruto do país está diminuindo, como pode ser visualizado no Gráfico 3.5.

No ano de 2007 o estado que mais produziu petróleo bruto nos Estados Unidos foi o Texas com mil, oitenta e sete mil barris por dia, seguido do Alasca com setecentos e vinte e dois mil barris por dia, e em terceiro lugar, a Califórnia com quinhentos e noventa e quatro mil barris por dia. Os demais estados dos Estados Unidos produzem menos de quinhentos mil barris por dia, e, por isso, não foram inseridos no Gráfico 3.5.

Gráfico 3.5 Quatro maiores estados produtores de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1981-2007 (em mil barris por dia)

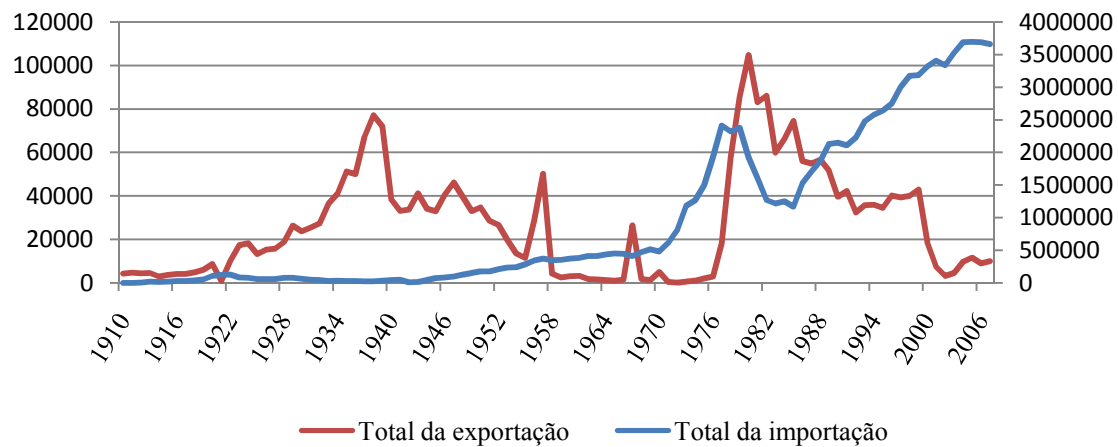


Fonte: EIA (2008). Elaborado pela autora.

Segundo o Gráfico 3.6, gráfico de dois eixos estando os valores da exportação do lado esquerdo e os da importação do lado direito do gráfico, os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, modificaram sua posição de país exportador para importador de petróleo, em virtude de sua decrescente produção e crescente demanda. Entretanto, com a descoberta das reservas no Alasca (final de 1970), sua produção teve um pico, mas suas necessidades ainda continuaram maiores. De acordo com o EIA em 1994, o país se tornou importador de petróleo, importando 365% de suas necessidades (Base, 2007).

Os cinco principais fornecedores de petróleo dos Estados Unidos, em ordem decrescente, a partir de 2000, são: Canadá, México, Arábia Saudita, Venezuela e Nigéria. Em 1977, 72% do petróleo importado vinha dos países da OPEP. Em 1985, a quota das importações caiu para 42%. Já no ano de 2000, a instabilidade da OPEP fez com que as importações se situassem em torno de 51% (EIA, 2008).

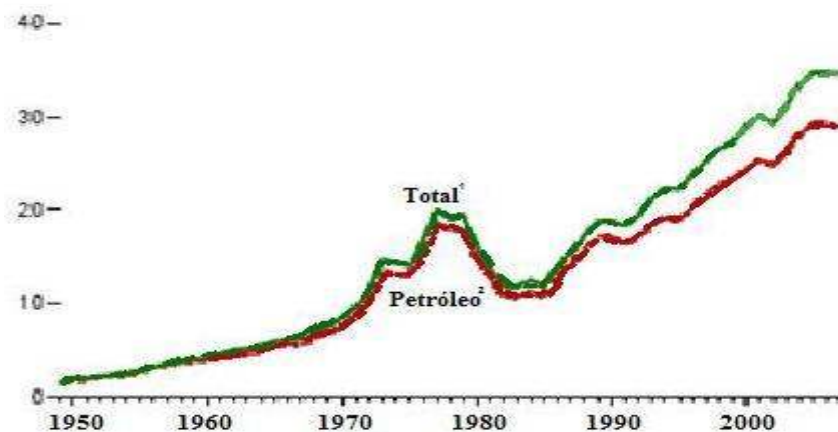
Gráfico 3.6 Total da importação e exportação de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1910-2007



Fonte: EIA (2008). Elaborado pela autora.

A partir do Gráfico 3.7, pode-se observar a participação do petróleo no total da importação de energia primária dos Estados Unidos, caracterizando sua importância dentro da estrutura energética. A importação total de energia primária foi apenas 20% maior que a importação de petróleo bruto no ano de 2007.

Gráfico 3.7 Relação entre a importação total de energia primária e a importação de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1949-2007



Nota: ¹ Inclui carvão, carvão coque, gás natural, petróleo, combustível etanol e eletricidade.

² Inclui petróleo bruto e condensado; importações para SPR e produtos petrolíferos, óleos inacabados, pentanos plus, mistura de gasolina e componentes.

Fonte: EIA (2008).

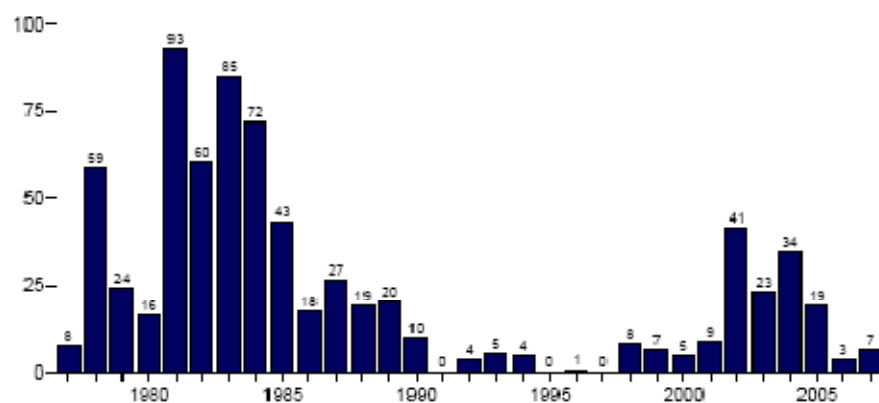
Para proteger contra a vulnerabilidade das exportações de petróleo do Oriente Médio, principalmente após o choque do petróleo em 1973 e o embargo árabe, os Estados Unidos

criaram uma Strategic Petroleum Reserve (SPR) no final dos anos 1970, que atingiu, em 2000, 541 milhões de barris de petróleo bruto, o que possibilitava aos Estados Unidos 53 dias sem a necessidade de demanda externa, no ano de 2007 os Estados Unidos possuíam aproximadamente 700 milhões de barris. No Gráfico 3.8, pode-se notar a quantidade de petróleo importada somente para abastecimento da SPR. Vale lembrar que nos períodos anteriores às guerras travadas pelos Estados Unidos (Golfo, Afeganistão, Iraque), as SPR tiveram um aumento.

Medida semelhante já havia sido ensaiada muito tempo antes da adoção e da formalização da SPR. No governo de Franklin Roosevelt (1933-1937), sob administração do *New Deal*, houve uma tentativa de introduzir a ação do Estado na atividade petroleira, haja vista sua grande importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, surgiu a chamada “teoria da conservação”, em que a política dos Estados Unidos era dar prioridade à exploração de poços de petróleo no exterior, a fim de preservar as reservas domésticas, que deveriam ficar guardadas para garantir no futuro a segurança do país (FUSER, 2005).

A SPR divide-se em reservas militares, usadas apenas em aplicações militares; reservas comerciais e reservas estratégicas ou de emergência (CONANT; GOLD, 1981).

Gráfico 3.8 Quantidade de petróleo bruto importado para SPR, 1977-2007



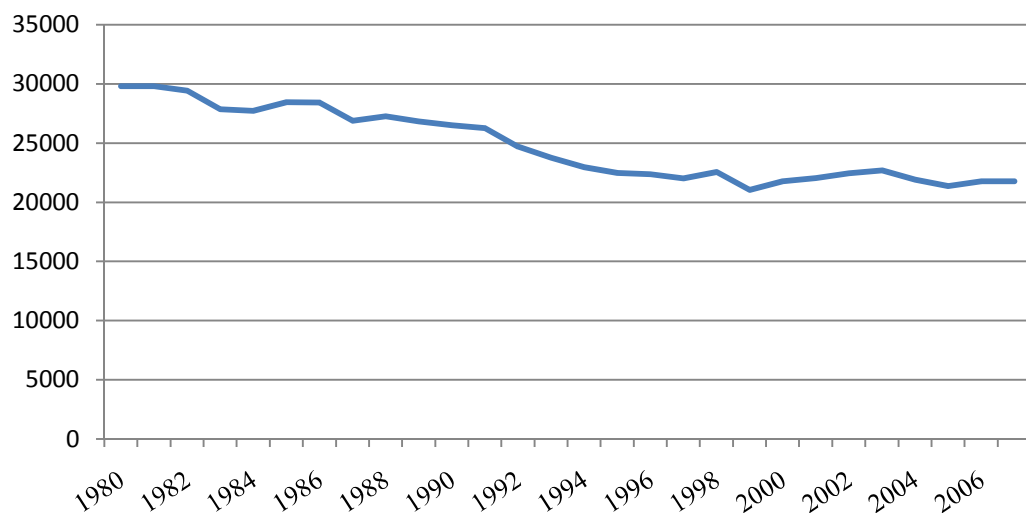
Fonte: EIA (2008).

Diferente dos volumes de petróleo bruto colocados em armazenagem subterrânea (SPR), as reservas provadas de petróleo são as quantidades que os dados geológicos e de engenharia demonstram, com razoável certeza, de que podem ser recuperadas em anos futuros.

As cinco maiores reservas encontram-se nos estados do Texas, com 4,9 mil milhões de barris; Alaska, com 3,9 mil milhões de barris; Califórnia, com 3,4 mil milhões de barris; Wyoming, com 706 milhões de barris; e Novo México, com 696 milhões de barris (Base, 2007).

No Gráfico 3.9, é possível visualizar com clareza a diminuição das reservas provadas de petróleo bruto dos Estados Unidos, que caíram cerca de 27% durante esses 26 anos.

Gráfico 3.9 Reservas provadas de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1980-2007 (em bilhões de barris)

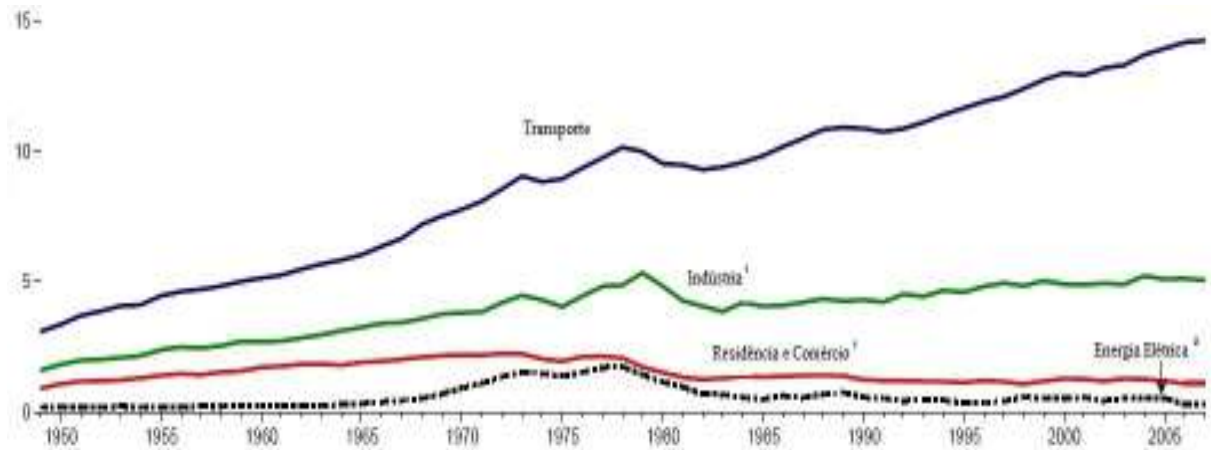


Fonte: EIA (2008). Elaborado pela autora.

O uso de óleo combustível por setor nos Estados Unidos serve para, no setor industrial, dar funcionamento às suas fábricas; no setor de transporte, abastecer seus veículos; no setor residencial e comercial, aquecer suas casas e comércios; e no setor de energia elétrica, gerar energia.

Enquanto o petróleo continua a representar 95% de toda a energia utilizada para o transporte nos Estados Unidos, representa menos de 30% da energia consumida pelos outros setores (Gráfico 3.10).

Gráfico 3.10 Consumo de petróleo bruto por setor, 1950-2007 (em milhões de barris por dia)



Notas: ¹ Inclui um pequeno número de energia combinada de plantas.

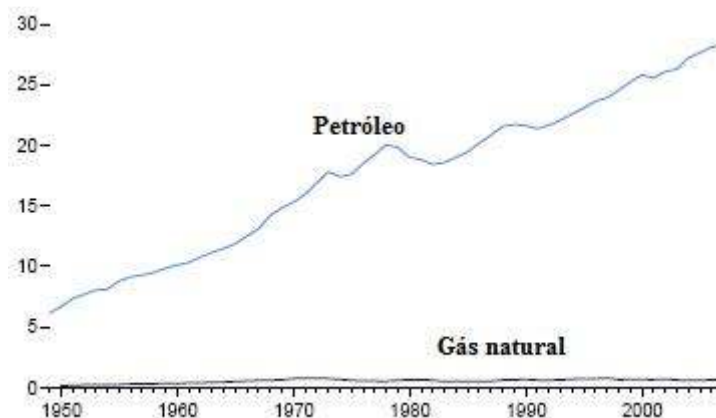
² Principal atividade consiste em vender eletricidade, ou eletricidade e calor, para o público.

Fonte: EIA (2008).

No setor de transportes, segundo dados do EIA (2008) a energia tem experimentado um grande crescimento global, mas com algumas pausas registradas em 1974; 1979-1982; 1990 – 1991; e 2001. Em 2007, o petróleo representou 95% da energia do setor, dividido em 63% para a gasolina; 24% para o óleo diesel; e 8% para combustível de avião, o restante foi de gás natural (5%) (Gráfico 3.11).

Dados do EIA (2008) informam que, em 2005, havia quase 239 milhões de veículos, entre eles automóveis, ônibus e caminhões, nos Estados Unidos. Isso é quase três veículos para cada habitante americano.

Gráfico 3.11 Consumo de energia primária no setor de transportes dos Estados Unidos, 1949-2007



Fonte: EIA (2008).

A logística de transporte também tem um papel fundamental na geopolítica petrolífera. O transporte de petróleo pode ser feito através de oleodutos ou mediante o transporte em navios.

Em 2007, cerca de metade da produção mundial de petróleo (43 milhões de barris dia do total de 85 milhões de barris dia), transitou em navios petrolíferos. O elevado volume de óleo comercializado faz das rotas petrolíferas assunto de segurança energética global.

O bloqueio de uma rota marítima¹¹, mesmo que temporariamente, pode levar a aumentos substanciais nos custos da energia total. Além disso, os gargalos nas rotas marítimas deixam vulneráveis os navios a ataques terroristas, roubo por piratas e à agitação política na forma de guerras ou hostilidades, bem como aos acidentes marítimos, que podem levar a derrames de petróleo catastróficos, e que também atingem o custo da energia global (EIA, 2008).

O transporte em navios tornou possível a comercialização entre continentes, ademais, é mais baratos, eficiente e extremamente flexível. Oleodutos, por outro lado, são os modos de escolha para os movimentos de petróleo transcontinental (EIA, 2008).

Nem todas as rotas comerciais usam o mesmo tamanho de navio petroleiro. Cada rota usa o tamanho que é mais apropriado economicamente, baseado no comprimento da viagem, porto e constrangimento de canal e volume. Todos os portos dos Estados Unidos têm capacidade para atracar grandes navios, que normalmente transportam mais de 2 milhões de barris óleo em cada viagem, exceto os portos do estado da Louisiana. Assim, antes do navio atracar na Louisiana, é preciso que algumas ou todas as suas cargas sejam transferidas para navios pequenos, por baldeação.

De acordo com as informações do EIA (2008), o primeiro navio-tanque específico para o transporte de petróleo bruto, o *Gluckauf*, ainda a vapor, foi construído na Inglaterra, em 1886. A idéia de transportar petróleo bruto em embarcações específicas para isso (até então o petróleo era transportado em embarcações convencionais) se desenvolveu rapidamente. Em uma década, após a construção do navio-tanque petrolífero em 1906, 99% do petróleo bruto

¹¹ As principais rotas marítimas são: Estreito de Ormuz (conecta o Golfo Pérsico com o Golfo de Omã e o Mar Árábico. A maioria do petróleo exportado viaja para a Ásia, Estados Unidos e Europa Ocidental); Estreito de Malaca (liga o Oceano Índico ao Mar da China e ao Oceano Pacífico. Menor caminho marítimo entre os fornecedores do Golfo Pérsico e os mercados asiáticos, nomeadamente China, Japão, Coreia do Sul e a Orla do Pacífico); Estreito de Bab el-Mandab (une o Mar Vermelho com o Golfo de Aden e o Mar Árábico. As exportações da região do Golfo Pérsico devem passar por Bab El-Mandab antes de entrar para o Canal de Suez); Bósforo (liga o Mar Negro com o Mar de Marmara. Principais rotas de exportação de petróleo da Rússia e da Ex-União Soviética); Canal do Panamá (atreia o Oceano Pacífico com o Mar das Caraíbas e o Oceano Atlântico. Os Estados Unidos são o principal país de origem e de destino das mercadorias em trânsito por todo o Canal do Panamá, no entanto, não é uma rota importante de importação de petróleo para os Estados Unidos).

transportado dos EUA para a Europa foi levado em tais embarcações.

Em certas localizações onde há estrangulamento do transporte marítimo, os oleodutos complementam os petroleiros, fornecendo atalhos e também fazendo o transporte do petróleo bruto para as refinarias. Os dutos de petróleo são mais baratos em relação aos transportes ferroviário, rodoviário e barcas. A vulnerabilidade dos oleodutos é uma pequena, quase inexistente, questão dentro de uma nação ou da fronteira entre vizinhos. Os Estados Unidos e Canadá, por exemplo, utilizam desse sistema para movimentar quase dois terços de todas as suas produções (EIA, 2008).

Dessa forma, a posição que o petróleo tem para a economia americana é tão importante, que suas políticas externas estão intimamente ligadas ao controle dessa *commodity*.

CAPÍTULO 4

4 A ESTRATÉGIA ENERGÉTICA DO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH (2001-2005)

O presente capítulo terá como objetivo demonstrar o papel do petróleo dentro da política de segurança energética da administração de George W. Bush (2001-2005). Para atender ao objetivo proposto, será feito um levantamento da posição estratégica do petróleo no período; como foi tornando-se objeto central da política externa estadunidense e a Política Nacional Energética.

No ano de 2001, segundo Teixeira (2005), o mundo vivia o quarto choque do petróleo. A partir dos ataques terroristas de 11 de setembro ao World Trade Center-Nova York, cria-se uma forte área de instabilidade no Oriente Médio, com aumento das pressões sobre os países produtores da região. Ao mesmo tempo, a Venezuela, um dos maiores produtores mundiais e exportadores de petróleo para os Estados Unidos, começa a passar por forte crise institucional, paralisando várias vezes a produção, culminando no golpe de Estado em 2002 e uma longa greve da companhia estatal Petróleo de Venezuela S.A., entre 2003 e 2004, levando o país até a importar gasolina. Por fim, novos produtores – tais como Nigéria, Bolívia e Equador – entram em graves crises sociais e políticas, com retiradas ocasionais do mercado.

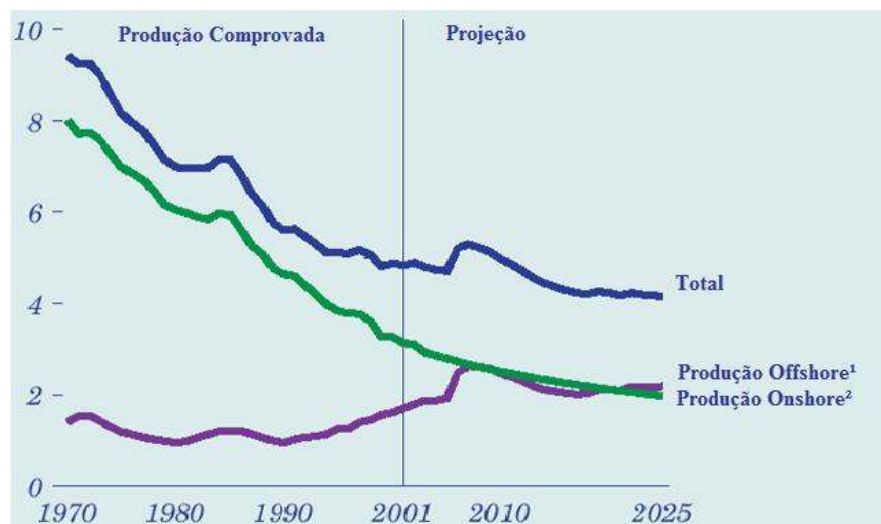
A sucessão dos fatos descritos acima não foi tão dramática quanto os choques anteriores do petróleo para o mundo, mas trouxe graves consequências para a economia dos Estados Unidos, que, no ano anterior (2000), já havia tido uma severa escassez de petróleo e gás em muitas partes dos EUA, acompanhada por apagões periódicos na Califórnia. Além disso, as importações de petróleo dos Estados Unidos haviam crescido mais de 50% do total consumido no país, provocando grande ansiedade em relação à provisão de energia no longo prazo (KLARE, 2004).

Conforme dados do EIA (2008), em 1940, os Estados Unidos eram o principal produtor mundial de petróleo e gás, com mais de 65%. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, sua posição dentro da geopolítica energética muda, o país passa a consumir mais petróleo e sua produção tem um crescimento decrescente, necessitando de petróleo do exterior para cumprir com suas necessidades. Em 1950, importou 10% de seu consumo de petróleo bruto, em 1960, importou 18%. Em 1973, importou 30%. Em 1976, 40%. Em 2000, 53%. No

fim do segundo mandato de George W. Bush, 57%. A projeção de consumo e produção para o ano de 2025 aponta que os Estados Unidos deverão importar do exterior aproximadamente 70% de seu consumo de petróleo e gás.

Com base na Figura 4.1, pode-se observar a produção de petróleo bruto dos Estados Unidos comprovada e sua projeção até 2025. Fica bastante visível o decréscimo da produção, que não acompanha suas necessidades de consumo. Esta continuará suportada em altos níveis de consumo do setor de transportes, devido ao contínuo aumento do parque de veículos motorizados e abastecidos com derivados de petróleo (Figura 4.2).

Figura 4.1 Produção de petróleo bruto dos Estados Unidos, 1970-2025 (em milhões de barris por dia)

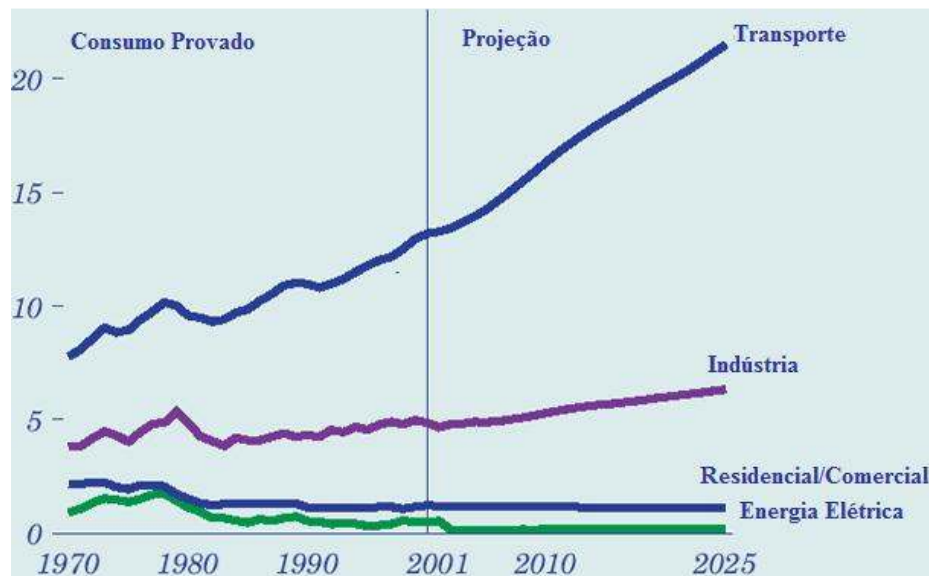


Notas: ¹ Produção fora da terra. Louisiana, Texas, Califórnia e Alasca.

² Produção em terra.

Fonte: EIA (2008).

Figura 4.2 Consumo de petróleo bruto por setor dos Estados Unidos, 1970-2025 (em milhões de barris por dia)



Fonte: EIA (2008).

A abundância de energia é essencial para a saúde e rentabilidade de muitos dos setores líderes dos Estados Unidos, entre eles, a indústria automobilística, a aeronáutica, a construção, a petroquímica e a agricultura. Em consequência, qualquer escassez de energia pode trazer repercussões econômicas severas e penetrantes. O petróleo é especialmente importante para a economia americana porque constitui a fonte de 40% da provisão total de energia do país e porque é a matriz energética mais utilizada para os transportes. Ademais, é absolutamente essencial para a segurança nacional dos Estados Unidos, já que move a vasta frota de tanques, aviões, helicópteros e barcos, que consistem na coluna vertebral de sua maquinaria de guerra (KLARE, 2004).

Dadas estas realidades, de acordo com Klare (2004), a entrada da administração de George W. Bush foi iniciada com grande preocupação à escassez de energia no período de 2000-2001, tornando prioridade para a sua política externa acabar com a crise energética da nação e sua dependência externa.

Nas palavras de Pecequillo (2005, p.29-30), baseando-se nas idéias de Walter Russel Mead

A política externa dos Estados Unidos, como a de qualquer outro país, é sustentada por um conjunto de interesses e valores tradicionais, sintetizados em preocupações estratégicas-chave, que são traduzidas, em uma determinada época e por uma determinada geração, de formas específicas. Mead considera que, embora possam variar as maneiras pelas quais o interesse norte-americano está sendo perseguido, aplicando-se diferentes táticas, dependendo do local, tempo e circunstâncias, há um

certo padrão subjacente na definição desse interesse que é invariável e não-modificado pelas demandas do contexto. Embora mudem as formas pelas quais perseguem seu interesse, sua base de elaboração está localizada na tradição da nação. Para Mead, quatro são as prioridades estratégicas básicas dos Estados Unidos: a liberdade dos mares (hoje traduzida como a liberdade dos mares e ares), a abertura das portas (visando a expansão dos interesses comerciais), o controle dos fluxos financeiros, comerciais e monetários e a proteção doméstica do país assegurando as fontes de matérias-primas e a preservação do caráter específico de sua sociedade política.

Dependência e vulnerabilidade de petróleo são conceitos diferentes para uma nação. Kendell (2008) apud EIA (2008) explica que a distinção entre a dependência e a vulnerabilidade tem sido feita há anos pelos analistas do petróleo, para avaliar o significado das importações de petróleo. A dependência simplesmente mostra a amplitude das importações da nação. A vulnerabilidade mostra o significado das importações, indicando a vulnerabilidade da nação para rupturas, escassez e preços.

A Tabela 4.1 ilustra as diferenças existentes entre esses dois conceitos. As dimensões físicas descrevem o nível relativo de importações, ou as perspectivas de escassez e rupturas. As dimensões econômicas descrevem o custo das importações ou as perspectivas de choque nos preços.

Através das medidas de vulnerabilidade, os responsáveis políticos podem saber quando a vulnerabilidade está a crescer como resultado do aumento das importações de petróleo e proteger sua nação por meio do isolamento dos efeitos nocivos das mudanças bruscas desse mercado.

Tabela 4.1 Dependência das importações de petróleo e medidas de vulnerabilidade

Medida	Dimensão Física	Dimensão Econômica
Dependência	Importação Como Parte dos Produtos Oferecidos	Valor das Importações Valor da Importação como Porcentagem do Valor do Produto Total
Vulnerabilidade	Porcentagem das Exportações Mundiais Óleo usado no transporte Óleo usado per capita Capacidade Quantidade de estoques dias	Consumo per Dólar do PIB Dispêndios do PIB per Dólar

Fonte: EIA (2008).

Antes de entrar nos objetivos da política externa de George W. Bush, vale voltar um pouco ao passado e destacar que a política externa estadunidense tem-se mantido invariável durante cinco administrações presidenciais, demonstrando que a prioridade energética

estadunidense vem sendo feita há mais de cinquenta anos por outros governos.

Segundo Kern (2005), no final dos anos 1950, com o início da dependência externa estadunidense de petróleo, é formada a estratégia da política de segurança energética, baseada na proteção do fornecimento de petróleo através do poder militar.

O relato da primeira política exterior fundamentada no uso do poder militar para proteger o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos é datado de 1945, quando o presidente Franklin D. Roosevelt prometeu ao Rei Abdulaziz, da Arábia Saudita, que os Estados Unidos protegeriam seu reino em troca de um acesso especial ao petróleo saudita.

Entretanto, a responsabilidade da segurança militar da região do Oriente Médio ainda estava sob o controle do Reino Unido, e os Estados Unidos tinham apenas um papel de apoio. Em 1968, o primeiro ministro britânico Harold Wilson anuncia retirar suas tropas do Oriente Médio no final de 1971. Esta decisão abriu as portas para a futura intervenção dos Estados Unidos na região. Desde então, tem-se produzido uma progressiva expansão da importância do Oriente Médio para a política exterior estadunidense (KERN, 2006).

Em janeiro de 1980, o presidente Jimmy Carter divulga que o fornecimento seguro de petróleo do Oriente Médio constituía um interesse vital para os Estados Unidos da América. No que denominaria a Doutrina Carter, afirmou que Washington usaria todos os meios necessários, incluindo a força militar, para proteger tais interesses de forças externas (em particular a União Soviética, que havia invadido o Afeganistão em dezembro de 1979).

A doutrina Carter foi ampliada pelo presidente Ronald Reagan garantindo aos países da região do Oriente Médio, em especial ao Kuwait, estabilidade. A Doutrina Carter foi utilizada posteriormente pelo presidente George Bush para justificar a Guerra do Golfo de 1990-1991.

Desde então, os Estados Unidos têm mantido uma presença militar permanente e muito cara¹² no Oriente Médio, principalmente para evitar uma interrupção repentina de petróleo e a subida do preço, que poderia trazer consequências macroeconômicas prejudiciais para os Estados Unidos e seus sócios comerciais.

O mercado mundial de petróleo é extremamente volátil. A volatilidade de preços exerce um forte efeito negativo na disciplina orçamentária, no controle das finanças públicas, assim como nos esforços de planejamento. É a mercadoria principal que se comercializa no mundo, e através de sua enorme gama de produtos derivados incide, direta ou indiretamente,

¹² O custo militar derivado da defesa dos interesses dos Estados Unidos no Golfo Pérsico está estimado em torno de 50 bilhões de dólares ao ano. Além disso, o Pentágono gastou 60 bilhões de dólares na Guerra do Golfo em 1991 e 30 bilhões na Guerra do Iraque em 2003. No total, os Estados Unidos têm gastado ao redor de 1 bilhão de dólares somente em assegurar o petróleo no Oriente Médio desde 1990 (KERN, 2006).

no preço das demais mercadorias.

O preço West Texas Intermediate (WTI) é o referencial para o preço do petróleo nos Estados Unidos, e o preço para a Europa é o petróleo Brent, entretanto ambos possuem o mesmo comportamento, pois reagem da mesma maneira aos acontecimentos mundiais.

No Gráfico 4.1, pode-se perceber o acréscimo do preço do petróleo mais acentuado a partir de 2000, bem como alguns dos principais motivos que fizeram com que o preço do petróleo tivesse uma subida ou uma queda no mercado de futuros.

São diversos os fatores que influenciam no aumento do preço do petróleo, por exemplo, queda da oferta, intempéries climáticas, intervenções geopolíticas, aumento da demanda, especulações feitas nos mercados futuros, necessidade de substituir o petróleo por uma energia mais limpa, processos de fusão e concentração das grandes multinacionais petrolíferas (GIORDANO, 2003).

O aumento significativo do preço do petróleo em 1973 fez dele tema central da geopolítica. Questionamentos a respeito de quem estava ganhando com a alta do preço e quais países eram os mais prejudicados tornaram tema de estudo dos diversos países. Atualmente, afirma-se que quem ganha com a alta do petróleo são os produtores, dessa forma, os três maiores produtores de petróleo, em ordem decrescente, são Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos. Na outra ponta, quem perde com a alta do preço do petróleo são os consumidores, os três maiores consumidores em ordem decrescente: Estados Unidos, China e Japão.

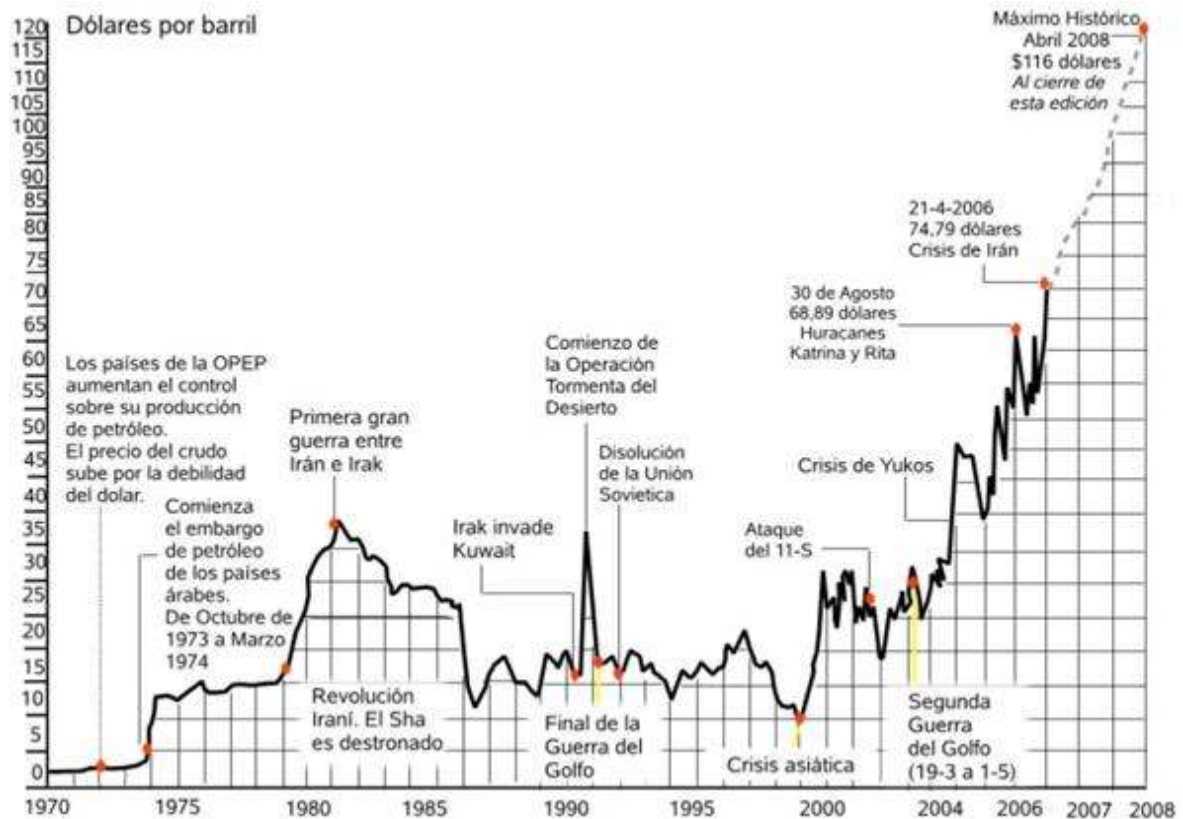
Os Estados Unidos, com um consumo de 575 milhões de barris a mais que o segundo maior consumidor mundial, a China, tornam-se os mais afetados com o aumento do preço do petróleo. Todavia, no jogo geopolítico pela disputa mundial, os Estados Unidos ainda são menos afetados que os países da Europa com o aumento do preço, pois sem grandes reservas, importam quase toda sua necessidade de petróleo.

Um estudo elaborado pela International Energy Agency (IEA), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o FMI, em maio de 2004, indicava que um aumento de 10 dólares nos preços do barril de petróleo, de 25 para 35 dólares, teria uma influência negativa de 0,4% no PIB dos países pertencentes à OCDE, um aumento da inflação em 0,5 pontos percentuais e um aumento do desemprego. Outro estudo do Federal Reserve apud Kern (2006) aponta que uma subida de 20 dólares no preço do barril de petróleo, de 60 para 80 dólares, leva a uma redução no PIB dos Estados Unidos em torno de 0,75%.

Segundo Durán (2008), a caída nos preços do petróleo de forma continuada e por um período de tempo significativo ativa o crescimento econômico mundial; a expansão da

metropolização e urbanização; a motorização e a mobilidade de ativos via terra, água e ar; assim como os processos de mundialização produtiva; propagação da agricultura industrializada e explosão do consumo.

Gráfico 4.1 Evolução do preço do petróleo, barril Brent, 1970-2008 (em dólares por barril)



Fonte: Cilia Hernández com dados de MEES y Bloomberg apud Durán (2008).

Em 20 de janeiro de 2001, George W. Bush tornou-se presidente dos Estados Unidos. A equipe política montada para administrar seu governo tinha um forte viés militar, a maioria com experiência de trabalho no Pentágono e, apesar das diferenças na forma como utilizar a força militar, todos apoiavam o fortalecimento do poder estadunidense (TURNER, [?2005]).

Os membros importantes da sua primeira equipe de política externa eram: Donald Rumsfeld (Secretário de Defesa); Richard Cheney (Vice-Presidente); Colin Powell (Secretário de Estado); Paul Wolfowitz (Secretário de Defesa); Condoleezza Rice (Conselheira de Segurança Nacional) e Richard Armitage (Subsecretário de Estado).

Como tentativa de solucionar a escassez de energia do país num plano de longo prazo, o presidente Bush estabeleceu o National Energy Policy Development Group (NEPDG). Integrado por altos funcionários públicos e como supervisor, Bush elegeu seu assessor, Dick

Cheney, e desde então a Política Energética ficou conhecida como *Cheney Energy Task Force*.

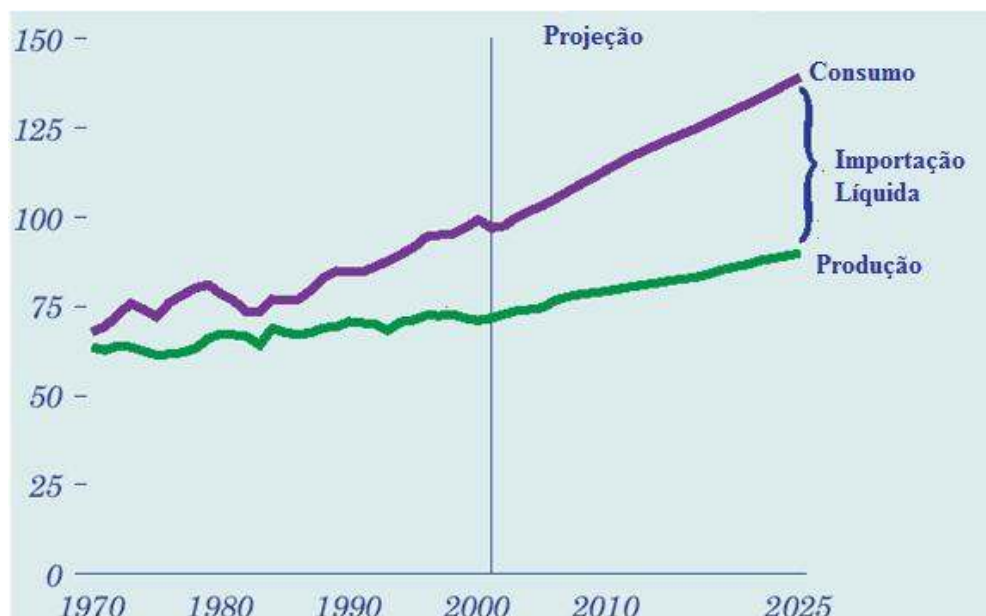
Cheney havia sido presidente da Companhia Petrolífera Halliburton, e desse modo, buscou assessoramento e recomendações dos grandes funcionários das firmas energéticas dos Estados Unidos, destacando-se James J. Rouse, vice-presidente da Exxon-Mobile; Kenneth L. Lay, ex-diretor da Enron; Jack N. Gerard da National Mining Association; e Red Cavaney, presidente da American Petroleum Institute (FRECHERO, 2008).

Para solucionar a escassez energética, os Estados Unidos se viram entre duas escolhas. Podiam continuar consumindo quantidades cada vez maiores de petróleo, e dada a queda de sua produção se viam mais dependentes da importação dessa *commodity*, trazendo como consequência uma maior dependência dos países produtores de petróleo, em especial os do Oriente Médio, tendo grande impacto para a política de segurança nacional do país. Ou, podiam optar por uma fonte de energia alternativa, reduzindo gradualmente o uso do petróleo. Porém, essa estratégia alternativa requeria enormes investimentos em novas tecnologias de geração de energia e transporte, o que resultaria também na quebra de diversas indústrias ligadas ao petróleo.

O NEPDG revisou as opções que tinha durante os primeiros meses de 2001 e terminou seus informes em maio. Logo depois de um cuidadoso exame por parte da Casa Branca, o informe foi consagrado como National Energy Policy (NEP), propondo uma desaceleração do crescimento de sua dependência em relação ao petróleo importado, mediante o aumento da produção nacional através do uso de métodos de perfuração mais eficientes e da exploração de reservas não exploradas em áreas protegidas estadunidenses, a exemplo da perfuração no Refúgio da Vida Silvestre no *Arctic National Wildlife Refuge* (A.N.W.R.), uma área virgem de grande extensão no noroeste do Alasca. Segundo informações do U.S. Geological Survey apud Frechero (2008), esta área possui 2,2 trilhões de barris.

Conforme os dados do EIA (2008), a produção de petróleo americana não conseguirá acompanhar seu consumo, resultando em importações líquidas crescentes, atingindo a margem de quase 70% no ano de 2025. Assim, mesmo com a perfuração de novas áreas petrolíferas estadunidenses, será cada vez mais inevitável que se busque por petróleo em outros países (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 Produção e consumo de petróleo bruto e seus produtos refinados, 1970-2025 (quadrilhões de BTU)



Fonte: EIA (2008).

Assumindo a necessidade da importação de petróleo bruto para o equilíbrio entre a necessidade de consumo e a produção estadunidense, Cheney apud Klare (2004) afirma que se devem remover os obstáculos – políticos, econômicos, legais e logísticos – que dificultam o incremento da provisão de petróleo estrangeiro para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos têm feito um esforço para assegurar o fornecimento de petróleo de outras regiões, especialmente Canadá, América Latina, África Ocidental e Rússia. As importações de petróleo no ano de 2005 foram: 34% da América Latina, 24% do Oriente Médio, 19% da África, 16 % do Canadá e 7% da Europa e Ásia. Porém, como mais da metade das reservas provadas encontram-se no Oriente Médio, os Estados Unidos não terão saída e precisarão do petróleo do Oriente Médio para satisfazer sua demanda de energia.

Segundo o NEPDG, os Estados Unidos, sabendo da dependência externa de petróleo, confirmam a importância de laços mais estreitos com os países, principalmente os grandes produtores de petróleo.

We should not, however, look at energy security in isolation from the rest of the world. In a global energy marketplace, U.S. energy and economic security are directly linked not only to our domestic and international energy supplies, but to those of our trading partners as well. [...] We need to strengthen our trade alliances, to deepen our dialogue with major oil producers. (NEPDG, 2001, p. 129)

A política energética de busca por petróleo em outros países está intimamente

relacionada à política de segurança dos Estados Unidos e ao uso efetivo das forças militares estadunidenses. Isso porque a maioria dos países que se espera que provejam mais petróleo aos Estados Unidos nos próximos anos estão violentamente divididos por conflitos internos, guardam fortes sentimentos anti-estadunidenses, estão situados em regiões perigosas, ou exibem alguma combinação das três características anteriores (KLARE, 2004).

Quanto mais os Estados Unidos dependam de petróleo importado, maior será a probabilidade de que tenha participação militar nas áreas produtoras-chaves de petróleo.

Para entender, em sua totalidade, as múltiplas conseqüências do NEP da administração de George W. Bush sobre a política exterior e militar dos Estados Unidos, é útil examinar os interesses e condutas estadunidenses, sobretudo na região do Oriente Médio.

É no Oriente médio que está localizada a maior reserva de petróleo do mundo e os principais países produtores. De acordo com a NEP, a região do Oriente Médio continuará sendo vital para os interesses dos Estados Unidos, isso porque seus principais aliados, incluindo Japão e os países da Europa Ocidental, dependem das importações dessa região, e porque o alto nível de produção do Oriente Médio tem ajudado os países a determinar a quantidade produzida e, dessa maneira, influenciar os preços mundiais do petróleo.

A Arábia Saudita - possuindo um quarto das reservas de petróleo conhecidas no mundo – é o único país com a capacidade de satisfazer a crescente demanda estadunidense e internacional de petróleo. A melhor forma de conseguir que a Arábia Saudita aumente sua produção para acompanhar a demanda por petróleo, principalmente dos Estados Unidos, é abrir seu setor petrolífero para as multinacionais estadunidenses.

Nas palavras de George W. Bush apud Klare (2004, p.11), é frisada a importância do petróleo como fator fundamental para a segurança do país “over-dependence on any one source of energy, especially a foreign source, leaves us vulnerable to price shocks, supply interruptions, and in the worst case, blackmail”, a premissa subjacente a política energética estadunidense é que o acesso a umas fontes de energia seguras, viáveis e baratas é um fator fundamental para a segurança econômica nacional.

Os arquitetos da NEP sabem que um plano energético que supõe a maior dependência em relação aos países do Oriente Médio e de outros produtores situados nas áreas de conflito recorrentes não poderá limitar-se a usar mecanismos econômicos e diplomáticos para vencer toda a ameaça imaginável aos interesses energéticos estadunidenses. Em algum momento, poderia ser impossível assegurar o acesso a determinadas fontes de petróleo sem o uso da força militar (KLARE, 2004).

Para Kern (2006), a política externa dos Estados Unidos implica que, até que o mesmo supere sua economia baseada no petróleo, a segurança deste produto continuará sendo um dos elementos determinantes da política exterior e militar estadunidense.

O que temos, então, é uma estratégia articulada em torno dos dois eixos que governam efetivamente a política americana. Uma ligada à energia e outra ligada à segurança nacional, essas duas estratégias fundiram-se, formando uma única e integrada estratégia estadunidense, levando à maior intervenção militar dos Estados Unidos nas principais áreas produtoras de petróleo.

Esta intervenção não necessariamente deve ser descrita como somente uma “guerra por petróleo”, mas sim uma estratégia de dominação mundial no século XXI.

CAPÍTULO 5

5 O SIGNIFICADO DA GUERRA DO IRAQUE (2003)

O objetivo deste capítulo é correlacionar a importância do petróleo iraquiano como fator motivacional da guerra travada pelos Estados Unidos em 2003, mostrando a sua importância na política externa estadunidense e quais mudanças acontecem na geopolítica energética.

O uso da Guerra do Iraque como exemplo para esta pesquisa não foi fortuito, ela será utilizada por ter um papel muito importante em diversos aspectos da política americana, descritos posteriormente, além de estar situada durante o primeiro mandato do governo de George W. Bush. Bem como as consequências e represálias que os Estados Unidos obtiveram de outros países e do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (UNSC).

[...] a Guerra do Iraque [...] envolveu todas as demais grandes potências porque, através da guerra, os Estados Unidos e a Inglaterra colocaram sobre a mesa sua proposta de reorganização do sistema político mundial, que não havia sido discutida depois do fim da Guerra Fria e da Guerra do Golfo. Não houve um desacordo fundamental entre as Grandes Potências com relação ao regime de Saddam Hussein; o que houve foi um desacordo com o novo projeto imperial proposto pelos Estados Unidos, secundado pela Inglaterra (FIORI, 2005b, p.99).

As guerras por recursos naturais – cada vez mais escassos e cobiçados –, em particular pelo petróleo, ganham um papel estratégico para os países, principalmente após a Guerra do Golfo e depois a do Iraque, “consolidando uma profunda e irremediável vinculação entre energia, geoeconomia, geopolítica e guerra no cenário mundial” (LINS, 2008, p.02).

Em outras palavras, estamos no limiar de um novo tipo de guerra – entre aqueles que têm energia suficiente e aqueles que não têm, mas estão cada vez mais dispostos a sair para buscá-la. Embora as nações sempre tenham competido por petróleo, parece cada vez mais provável que a corrida por uma fatia das últimas grandes reservas de petróleo e gás será o tema geopolítico dominante do século XXI (ROBERTS, 2004, p.01).

Para analisar o papel que o Iraque tem na geopolítica mundial, torna-se importante vê-lo como um país de grande valor para a região do Oriente Médio. Região que detém as maiores reservas de petróleo do mundo, tornando-se chave dentro das preocupações energéticas das grandes potências, onde as lideranças regionais são claramente hostis aos interesses ocidentais (BERTONHA, 2005).

Klare (2001) apud Harvey (2005) afirma que: “Quem controlar o Oriente Médio

controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo”.

Nas palavras de Chomsky et al (2005, p.88, grifo no original), “a importância do Oriente Médio deve-se a três fatores: sua riqueza petroleira, sua posição geográfica no coração do velho mundo e o fato de que constitui na atualidade o “ventre” do sistema mundial”.

Os Estados Unidos travaram a Guerra do Iraque na intenção de que, ao ocupar o Iraque, poderiam projetar sua força sobre toda a região, além de assegurarem o controle político da região e o acesso ao petróleo.

Na Figura 5.1, pode-se verificar a posição estratégica do Iraque no Oriente Médio, fazendo fronteira ao norte com a Turquia, a leste com o Irã, ao sul com o Golfo Pérsico, Kuwait e Arábia Saudita e a oeste com a Jordânia e Síria

Figura 5.1 Mapa do Oriente Médio



Fonte:Wikipedia (2008).

Na concepção de Harvey (2005), embora outros campos petrolíferos tenham vida mais longa, os únicos que deverão durar cinquenta ou mais anos são os do Iraque, do Irã, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e do Kuwait. Além do petróleo iraquiano ser considerado, entre os especialistas, como de excelente qualidade (petróleo mais leve e com

menor teor de enxofre) e com o custo do transporte relativamente mais barato, devido seu sistema de logística bem desenhado – “formado por três oleodutos e um terminal de exportação que, juntos, permitem escoar acima de 4,5 milhões de barris diários” (BOSCO, 2003, p.01).

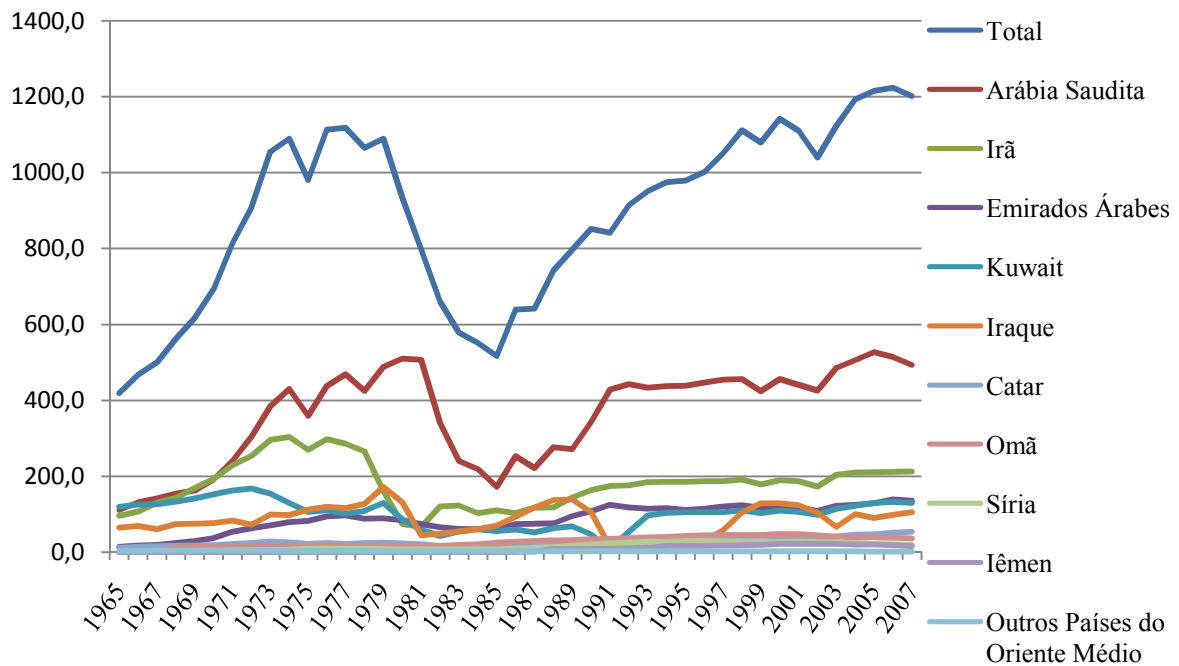
O petróleo iraquiano é importante para os Estados Unidos, conforme Klare apud Fuser (2003), em razão de sua enorme quantidade, pois os Estados Unidos estão cada vez mais dependentes do petróleo importado e suas reservas domésticas estão se esgotando rapidamente. A solução adotada pelos governos - sobretudo a partir do “choque” de 1973 -, para equilibrar a quantidade necessária de petróleo para o funcionamento da economia estadunidense tem sido a de externalizar os problemas domésticos de energia, com a mobilização dos recursos políticos e militares do país para garantir fontes seguras de petróleo no exterior.

Dessa forma:

[...] que melhor forma de os EUA evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem os países. E que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos, o poder militar (HARVEY, 2005, p.30).

No Gráfico 5.1, pode-se observar as quantidades de petróleo bruto que foram extraídas em bilhões de barris dos países produtores de petróleo do Oriente Médio, como também o total de petróleo bruto produzido pela região. Pode-se notar que o Iraque teve sua produção diminuída no ano de 2003. Essa queda deve-se, em grande parte, à sabotagem aos poços e às vias de transporte do produto pelas tropas iraquianas, ao serem informadas que os Estados Unidos iniciavam a guerra.

Gráfico 5.1 Produção de petróleo bruto do Oriente Médio, 1965 - 2007 (em bilhões de barris)

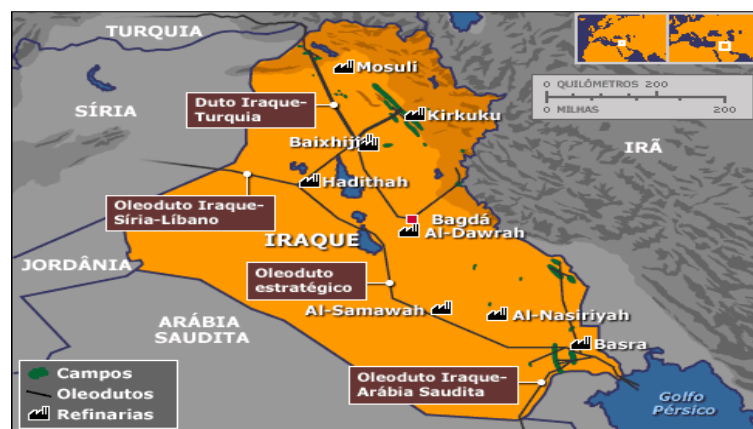


Nota: Os dados de produção de petróleo bruto incluem o petróleo bruto, óleo de xisto, óleo de areias e NGLs (gás líquido natural). Exclui os combustíveis líquidos a partir de outras fontes como a biomassa e os derivados de carvão.

Fonte: STATISTICAL (2008). Elaborado pela autora.

Na Figura 5.2, é possível visualizar onde ficam os campos de petróleo iraquiano. As reservas¹³ provadas de petróleo bruto do país estão concentradas em três grandes complexos: Kirkuku (região norte), Bagdá (centro) e Ru Mailah (sul). Os maiores campos são o de Majnoon, West Quma, Nahr Umr e Halfaya.

Figura 5.2 Campos de Petróleo do Iraque

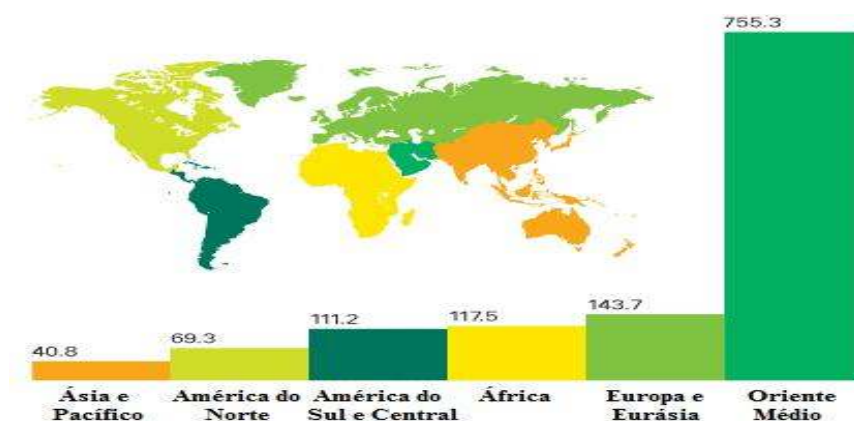


Fonte: BBC Reino Unido (2008).

¹³ Além da importância em relação às reservas provadas de petróleo bruto, o Iraque, de acordo com dados da EIA (2007), possui 1,8% das reservas de gás natural do mundo, o que representa 3,17 trilhões de metros cúbicos.

Segundo a Figura 5.3, as reservas provadas de petróleo bruto da região do Oriente Médio concentram pouco mais de 60% das reservas provadas totais do mundo. Esse dado ilustra muito bem o papel da região para a geopolítica energética. As reservas provadas do Iraque encontram-se em terceiro lugar, com quase 10% do total mundial. Entretanto, sua produção não tem aumentado devido à falta de investimentos em manutenção de sua estrutura petrolífera (o estado dos oleodutos limitam a capacidade de escoamento), às restrições na importação de maquinário e tecnologia, além das sanções impostas pelo UNSC (BOSCO, 2003).

Figura 5.3 Reservas provadas de petróleo bruto, 2007 (em bilhões de barris)



Nota: Os dados de reserva de petróleo bruto incluem o petróleo bruto, gás natural e gás líquido natural (NGLs).
Fonte: STATISTICAL (2008).

Depois de contextualizada a importância energética do Oriente Médio e do Iraque, pode-se analisar os motivos pelos quais os Estados Unidos travaram a guerra contra o Iraque no ano de 2003.

Ao relatar as justificativas dadas pelos Estados Unidos para iniciar a Guerra do Iraque, deve-se ter muita cautela e separar os motivos propagandísticos, ou seja, aqueles utilizados para conseguir justificar e legitimar o ataque, e aqueles que se encontram obscuros, que seriam os reais motivos do confronto.

Nos primeiros pretextos, depara-se com: suprimir armas de destruição em massa; combater o terrorismo, alegando que Saddam Hussein estava ligado com o grupo terrorista Al-Qaeda e com os atentados de 11 de setembro; inserir nesse espaço uma democracia que serviria de modelo para os demais países do Oriente Médio e; por fim, considerar Saddam Hussein como um tirano.

Dentre os segundos motivos: o controle das reservas de petróleo do Iraque; firmar-se como hegemonia militar; evitar que a OPEP abandonasse o padrão dólar e adotasse o padrão

euro nas transações internacionais - “mudança já efetuada pelo governo de Saddam Hussein, em novembro de 2000” (BANDEIRA, 2006, p.696-697) -, desarticular o poder da OPEP; e mudar o regime tirânico de Saddam para uma democracia favorável aos interesses estadunidenses (DURÁN, 2008).

Os reais fatores destacados acima hão de ser analisados exclusivamente, junto com a repercussão que os mesmos trazem para a economia americana.

Em relação ao controle das reservas de petróleo do Iraque, conforme Wallerstein (2004), há três pontos importantes que os Estados Unidos ganham com sua dominação: podem participar nos lucros da indústria petrolífera; regular o preço mundial do produto (que tem impacto enorme em todos os outros tipos de produção); e garantir o próprio fornecimento (negando potencialmente acesso a outros).

De acordo com a Statistical Review of World Energy as reservas provadas do Iraque são a terceira maior do mundo (Base, 2007), ter o controle sobre as mesmas faz com que os Estados Unidos fiquem menos vulneráveis às decisões da Arábia Saudita – maior produtor e maior reserva provada de petróleo mundial – que buscou alianças econômicas e políticas em países repudiados pelos Estados Unidos, como Irã. Caso os sauditas reduzissem sua produção de petróleo a fim de elevar a cotação do mesmo, os Estados Unidos poderiam aumentar a produção do Iraque e, assim, combater a estratégia saudita (KLARE apud FUSER, 2003).

Da mesma forma, Fuser (2005) avalia a importância do Iraque para conseguir fazer frente à Arábia Saudita. A inexistência de um exportador com um volume de produção comparável ao dos sauditas representa um duplo problema para os Estados Unidos. Em primeiro lugar, há o risco de desestabilização da Casa de Saud¹⁴, ameaçada pelo fundamentalismo islâmico e pelo descontentamento dentro do país. O outro receio – manifestado com frequência no debate existente nos meios políticos estadunidenses sobre as relações entre os dois países – é o de que a Arábia Saudita venha a usar seu controle sobre o mercado de petróleo para pressionar os EUA a alterarem sua política em relação a Israel.

Quanto ao motivo de se utilizar da guerra para demonstrar o poderio militar americano, Fiori elucida com clareza como a Guerra do Iraque serviu para mostrar a posição hegemônica militar dos Estados Unidos:

¹⁴ Mohamed Ibn Abd al-Wahab, opondo-se violentamente a todos os desvios à pureza dos costumes islâmicos, "recrutou" para a sua causa, entre outros, o xaique Mohamed Ibn Saud, que estabeleceu o domínio wahabita sobre grande parte da Arábia. Assim, o termo é utilizado para referenciar o wahabismo - religião instituída na Arábia Saudita - governando com poderes absolutos, mas respeitando à lei corânica (a "sharia"), e assegurando aos Wahabitas o controle sobre a religião, a educação e as comunicações.

A Guerra do Iraque se propôs enviar uma só e mesma mensagem principal para todos os estados do sistema político mundial. E esta mensagem fala da disposição dos Estados Unidos de manter uma dianteira tecnológica e militar inquestionável com relação a todos os demais estados do sistema. Uma vez que os Estados Unidos se propõem arbitrar isoladamente a hora e o lugar em que seus adversários reais, potenciais ou imaginários devam ser “contidos”, através da mudança de regimes e governos, através da “mão invisível dos mercados” ou da intervenção militar direta. Às vezes por motivos humanitários, às vezes com objetivos econômicos e às vezes com o objetivo puro e simples de reproduzir e expandir o poder americano (FIORI, 2005b, p.100, grifo no original).

Na opinião de Klare apud Fuser (2003), o que move os Estados Unidos é o poder. Essa guerra foi desencadeada com o objetivo de dominar o Oriente Médio e suas vastas reservas de petróleo ao longo das próximas décadas. Com a região sob seu controle, os Estados Unidos ficariam em posição de ditar as regras do mercado mundial do petróleo e impor condições aos países dependentes do combustível importado, como exemplo, os Europeus, a China e o Japão. A guerra tem a ver com o petróleo como fonte de poder. A partir do Iraque, os Estados Unidos pretendiam controlar politicamente todo o Oriente Médio.

Além do mais, para manter o poder militar, é imprescindível controlar o combustível que move os equipamentos militares, isto é, o petróleo. Yergin (1992) enfatiza que o petróleo assume um papel estratégico na economia e na segurança das nações, como fonte de energia, pondo em funcionamento a maior e mais dinâmica parte dos meios de transporte e circulação de carga e passageiros. Mais ainda, assume relevância estratégica às nações, à medida que impulsiona também as máquinas bélicas.

A política bélica dos Estados Unidos se articula de várias formas complementares com a economia. No curto prazo, os ataques aéreos contra o território iraquiano favorecem muito diretamente os interesses das companhias petrolíferas, assim como uma nova expansão da indústria de armamento. Considerando a superprodução como um dos elementos deflagradores da crise, esses dois setores da indústria pesada (setor petrolífero e setor de armamentos) aliviam indiretamente o impacto das crises de superprodução dos bens de consumo, impulsionando a produção dos demais setores (GIORDANO, 2003; GUADAGNIN, 2001).

Segundo Giordano (2003), as guerras e bombardeios atuam como fatores reguladores de um mercado que funciona como arranjo a umas pautas de comportamento específicas: servem para reativar os negócios do petróleo e maximizar as ganancias das companhias multinacionais, impulsionando importantes subidas do preço do petróleo. Na realidade, os efeitos econômicos dos bombardeios na região do Oriente Médio satisfazem duas classes de interesses: 1. Interesses setoriais, mais ou menos conjunturais (inverter a tendência da suposta

queda de preço do petróleo para os ingressos das companhias petroleiras e expandir a produção da indústria de armamento); 2. Interesses de ordem macroeconomia (consolidar a hegemonia do dólar frente a outras divisas e atrair capitais aos mercados de capitais e financeiros de Nova York).

As guerras favorecem, no curto prazo, as indústrias bélicas, as companhias petroleiras e os setores de bens pesados, e também aliviam o impacto das crises. Além de reativarem a economia americana mediante a destinação de vultosos recursos estatais para as indústrias de armamento e os setores afins (GIORDANO, 2003).

No que diz respeito aos países produtores de petróleo receberem em euros pelos seus barris do que em dólares, até recentemente todos os países da OPEP aceitavam vender seu petróleo apenas em dólares, e essa negociação trazia grandes vantagens para os Estados Unidos. Esses países precisariam de sua moeda para conseguir realizar suas transações de compra e venda do petróleo e só os Estados Unidos têm o direito de imprimir dólar, controlando o mercado do petróleo. Caso a OPEP decidisse aceitar somente euros pelo seu petróleo, o dólar já não teria tanta importância para o mercado petrolífero, desbancando a dominação econômica americana nesse setor. Os Estados Unidos, que importam uma quantidade significativa de petróleo, teriam de adquirir euros para fazer suas negociações, fazendo com que essa conversão prejudicasse ainda mais o déficit comercial americano.

Além do que, controlando as reservas petrolíferas iraquianas, a OPEP poderia ser desarticulada, já que, no contexto da Organização, o Iraque possui um papel bastante estratégico. Dessa forma, os Estados Unidos poderiam contrapor-se às políticas da OPEP e aos aumentos no preço do petróleo.

Como último motivo relacionado aos fatores reais da Guerra do Iraque, está a inserção de uma democracia no Iraque, que se torna diferente, por causa das várias etnias da região¹⁵ – curdos¹⁶, xiitas¹⁷ e sunitas¹⁸. Os Estados Unidos não queriam apenas uma democracia comandando o país, mas sim, um governo favorável aos seus interesses econômicos e

¹⁵ Ao norte, está uma área dos povos Curdos com 15% da população; no rumo do centro, os árabes sunitas com 20% da população; e no sul, os árabes xiitas com 60 % da população. As poucas áreas mistas estão mais em torno da capital Bagdá.

¹⁶ Curdos: representam a maior etnia mundial que não compõe um Estado unificado. São mais de 26 milhões de habitantes espalhados pela Turquia Oriental, Iraque, Síria, Azerbaidjão, Armênia e Irã. Apesar das rivalidades e também predominantemente muçulmanos. Vários países mencionados reprimem os curdos há longo tempo. Trata-se de um povo de origem indo-européia, como os persas. Uma grande oportunidade recente para a criação do Estado curdo foi perdida quando não se dividiu o norte do Iraque ao final da Guerra do Golfo, em 1991.

¹⁷ Xiitas: grupo muçulmano mais popular e radical, para o qual o verdadeiro sucessor do profeta Maomé é seu genro, Ali. “Xiita” significa, aproximadamente, aqueles que seguem o “partido de Deus”.

¹⁸ Sunitas: grupo muçulmano mais elitista, adepto do Suna, a direção traçada por Maomé. Predominam na Síria, Egito, Arábia, etc. Advogam que a sucessão original não tinha necessidade de vir da família do Profeta Maomé.

políticos, pois, de acordo com Bosco (2003), apenas com um governo favorável os Estados Unidos poderiam explorar o petróleo iraquiano, já que as leis americanas impedem a exploração de petróleo em territórios sob ocupação militar. A transformação do governo ditador de Saddam por princípios liberais e democráticos, ou seja, baseados no modo de vida americano, com livres mercados, está também atrelado à expansão desse sistema para todo o Oriente, de tal forma que o Iraque serviria de exemplo de liberdade para outras nações na região.

A Guerra do Iraque representa a primeira grande derrota que os Estados Unidos sofreram por parte de um dos grandes órgãos internacionais - depois de uma década de vitórias em que conseguiram a aprovação para todas as suas políticas - UNSC, onde a maioria dos membros decidiu não apoiar um projeto de resolução agressiva e bélica que permitisse o uso da força contra o Iraque (BANDEIRA, 2006). Além de uma forte oposição por parte de vários aliados tradicionais, tais como: França e Alemanha, assim como de oponentes de longa data, com destaque para a Rússia e a China. Somado às mobilizações populares ao redor de todo o mundo contra a guerra, onde as principais palavras de ordem eram não troquem sangue por óleo (HARVEY, 2005).

Vale ressaltar que, segundo Harvey (2005), a oposição à guerra pela França, China e Rússia estava vinculada também ao fato de que esses países têm empresas - Elf Aquitaine, China National Petroleum e a Lukoil, respectivamente - que possuem concessões na exploração do petróleo iraquiano e, dessa forma, tinham receio que após a guerra as concessões seriam renegociadas e os EUA coordenariam a extração e o uso do petróleo.

Mesmo assim, os Estados Unidos, acompanhados pela Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Polônia, Austrália e alguns outros países menores e dependentes do Leste Europeu, subornados com favores, desfecharam os ataques aéreos contra Bagdá, na madrugada do dia 20 de março de 2003 (BANDEIRA, 2006).

Em menos de um mês (9 de abril de 2003) as tropas dos Estados Unidos, matando milhares de civis, causando danos ecológicos e destruindo sítios históricos, ocuparam Bagdá (BANDEIRA, 2006).

A rapidez com que os Estados Unidos conseguiram dominar as principais cidades do Iraque deve-se a fragilidade na qual se encontrava o país e sua sociedade, devido às sanções impostas pelo UNSC¹⁹. Entre as resoluções mais importantes, estão segundo Araújo (2004):

- A Resolução 687, de 1991, que diz que o Iraque não poderia fabricar armas biológicas,

¹⁹ As sanções foram impostas pelo UNSC como forma de punição ao Iraque, por ter invadido e ocupado o território do Kuwait.

químicas e de destruição em massa e mísseis com alcance de mais de 150 km (cento e cinquenta quilômetros), sendo destruído, removido e neutralizado qualquer armamento, assim como as instalações onde os produziam.

- A Resolução 986, de 1995, que inseria o programa “petróleo por alimentos”, do qual todo o dinheiro arrecadado com as vendas de petróleo era depositado numa conta especial das Nações Unidas, e o Governo do Iraque só podia sacar esse dinheiro comprovando seu uso em alimentos e produtos de primeira necessidade. Essa resolução controlava o ingresso de capitais no país, e sua utilização para outros fins, especialmente os militares.

De acordo com Chomsky (2004, p.167), são essas características de fragilidade e importância no cenário mundial que fazem do Iraque a “escolha perfeita para uma ação exemplar que estabelecesse a doutrina do domínio global pela força”.

Após quinze meses de exaustiva investigação, desde a derrubada de Saddam Hussein, confirmou-se de que não havia no Iraque programa para a produção de armas de destruição em massa, quer químicas, bacteriológicas ou nucleares, e o Relatório Overview of the Enemy²⁰ detalha a impossibilidade de ligação do Iraque com a rede de terrorismo da Al-Qaeda, evidenciando que George W. Bush mentira, falseara as informações e o que restava da credibilidade do governo dos Estados Unidos, ao nível internacional, esvaiu-se. Para além, as informações de que os prisioneiros em Guantánamo e em Abu Ghraib, no Iraque, eram torturados, brutalizados e humilhados, acabaram com o resto da respeitabilidade internacional da administração de George W. Bush (BANDEIRA, 2006).

Em agosto de 2003, se tornara cada vez mais difícil manter a ocupação do Iraque. A guerra, de fato, não havia terminado, nem havia sido vencida. Manter a ocupação do Iraque tornava-se cada vez mais custoso e difícil para os Estados Unidos (BANDEIRA, 2006).

Os EUA ainda não haviam aprendido que a eliminação de Saddam com sua enorme disponibilidade de alta tecnologia e sofisticados equipamentos tivera sido simples, mas a manutenção da ordem, da lei e de um governo relativamente estável, por meio de eleições no Iraque, era uma tarefa muito mais difícil e que ainda não havia sido completada (BANDEIRA, 2006).

²⁰ O Iraque não tinha relações com os terroristas da Al-Qaeda, uma organização religiosa, expressão do radicalismo Wahhabi, que também se opunha ao regime laico do Partido Baath e considerava Saddam Hussein um apóstata. Foram os sauditas, sobretudo, e alguns egípcios que participaram dos atentados de 11 de setembro. A CIA não julgava provável que um regime secular e nacionalista de Saddam, que recusava a lei religiosa Shari’a, tivesse qualquer relação com a Al-Qaeda e duvidava que Saddam suprisse terroristas. Usamah bin-Ladin era um inimigo natural de Saddam Hussein, odiava-o e considerava-o um “infiel”, porque ele não abraçava o fundamentalismo islâmico.

“Diante da grande quantidade de mortos, sem conseguir estabelecer a democracia, nem reconstruir o país, as tropas americanas começaram a ressentir-se e constatar a dimensão do atoleiro em que George W. Bush metera os Estados Unidos” (BANDEIRA, 2006, p.733).

A Tabela 5.1 ilustra as baixas americanas sofridas durante a Guerra do Iraque e sua tentativa de ocupação. O partido de Saddam Hussein tinha maior penetração na sociedade do que se pensava, fazendo com que as tropas estadunidenses fossem percebidas por alguns setores da população como invasores ao invés de salvadores. Frente a essa contradição, os Estados Unidos não poderiam confirmar esse sentimento anti estadunidense camuflando os dados americanos, subestimando a quantidade de mortos e feridos, ultrapassando até 200% a diferença entre os dados.

Tabela 5.1 Baixas Americanas no Iraque, 10/03/2003-08/02/2005

Data	Total	Em combate
Americanos mortos		
Desde o começo da guerra (19/03/03):	1650	1295
Desde "Mission Accomplished" (01/05/03):	1513	1186
Desde a captura de Saddam (13/12/03):	1183	990
Desde a entrega do governo (29/06/04):	784	662
Americanos feridos	218	189
Total de feridos:	Oficial	Estimado
	12350	15.000 a 38.000

Fonte: Anti War.com apud Bandeira (2006).

Guadagnin (2001, p.01) diz que “uma das melhores formas de aquecer uma economia em recessão e de controlar uma população constantemente sujeita ao medo criado pela expectativa de novas ameaças, reais ou imaginárias é travar uma guerra”.

Destarte, a Guerra do Iraque não resultou para os Estados Unidos apenas soldados mortos, descridibilidade frente a outras nações e queda da sua popularidade²¹. Trouxe grandes benefícios para o Governo de George W. Bush, na época. Entre eles: conseguiu anexar uma área extremamente rica em recursos naturais ao sistema capitalista internacional, recuperou parte de sua popularidade, revigorando o sentimento nacionalista americano e, portanto, garantiu sua reeleição, constatado que mais de 60% da população adulta americana acreditava que o Iraque representava perigo para a segurança nacional dos Estados Unidos (CHOMSKY, 2004).

Permitiu também a transferência, para o complexo industrial-militar petrolífero, de volumosos recursos públicos, por meio de contratos para a prestação de serviços, realização

²¹ Indicador que mede o nível de aceitação e aprovação entre a opinião pública.

de obras e renovação do material bélico (BANDEIRA, 2006). Também confirmado por Giordano (2003), a guerra serviu ao objetivo econômico de reativar a economia americana mediante a destinação de vultosos recursos estatais para as indústrias de armamento e outros setores afins.

Além de que toda a riqueza do Iraque foi virtualmente privatizada, entregue às corporações americanas, que obtinham privilégio para a compra das mesmas, principalmente no que diz respeito à indústria do petróleo (BANDEIRA, 2006).

Segundo Giordano (2003), durante uma guerra, há especulação do preço do petróleo no mercado de futuros devido à grande instabilidade da produção na região, fazendo com que o mesmo tenha um acréscimo. Com esse aumento, os países exportadores ganham mais com suas vendas. As rendas do petróleo dos países do Oriente servem, também, para a compra de armas que são vendidas pelos Estados Unidos, que conseguem, desse modo, reequilibrar suas finanças. A diminuição do preço do petróleo não só incide nos benefícios das companhias multinacionais do setor petrolífero, mas também reduz substancialmente a capacidade de compra de armamento dos países exportadores de petróleo, que são os melhores clientes da indústria armamentista mundial desde a década de 1970. Logo, os Estados Unidos, ao travarem a Guerra do Iraque, viram nela, uma forma de conseguirem reorganizar suas finanças.

Embora os “fatores positivos” que a Guerra do Iraque tenha trazido e venha a trazer para os Estados Unidos, eles não estão percebendo que são uma potência militar incapaz de assumir o custo de suas próprias guerras (RAMONET, 2001). Além de que a vantagem dos Estados Unidos na esfera militar traduz-se numa desvantagem a longo prazo na esfera econômica, pois desvia capital e inovação dos empreendimentos produtivos (COSTA, 2005).

Na história mundial, o poder militar nunca foi suficiente para manter a supremacia. A legitimidade é essencial, pelo menos uma legitimidade reconhecida por parte significativa do planeta. Com sua guerra preventiva, os falcões norte-americanos²² minaram, de forma fundamental, a reivindicação dos Estados Unidos à legitimidade. E assim, enfraqueceram-nos irremediavelmente na arena política (WALLERSTEIN, 2004).

²² Os falcões norte-americanos representam os políticos da Direita Republicana. Eles defendem que os Estados Unidos têm que impor seu poder no mundo político, estratégico, cultural e econômico.

CAPÍTULO 6

6 CONCLUSÃO

Ao longo de todo o trabalho procurou-se caracterizar a importância do petróleo do Oriente Médio para a conservação da hegemonia estadunidense no primeiro mandato do governo de George W. Bush.

Para tanto, partiu-se de um levantamento histórico sobre importância do petróleo num contexto mundial, a fim de verificar a sua relevância desde a primeira descoberta para os Estados Unidos, a conexão existente entre a política externa estadunidense e o petróleo, e o papel exercido pela *commodity* como fator motivacional da Guerra do Iraque.

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos figuraram-se como hegemonia. Nesse período, sua posição de país exportador de petróleo modificou-se para a de país dependente de petróleo externo. O petróleo tornou-se ainda mais essencial para a economia estadunidense, pois a queda da produção nacional e o aumento da dependência de fornecimento externo poderiam comprometer a sua intensa utilização na máquina militar.

Prevenir ou combater interrupções do fornecimento de petróleo é tão crucial nos dias de hoje quanto era durante a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, os Estados Unidos compreenderam que tal elemento essencial à organização da defesa militar, é tema de segurança energética e algo apontado como decisivo para a vida nacional.

A solução adotada pelos Estados Unidos para equilibrar a quantidade necessária de petróleo para o funcionamento da sua economia foi a de externalizar os problemas domésticos de energia, com a mobilização dos recursos políticos e militares do país para garantir fontes seguras de petróleo no exterior. Como presidente dos EUA, George W. Bush adotou uma política externa que tinha como finalidade acabar com a crise energética da nação e com a dependência externa.

De acordo com a estratégia de geopolítica energética de aumentar seu poder de influência como centro industrial, comercial e financeiro, através do controle dos meios de produção energéticos e com os objetivos para a manutenção de sua hegemonia no setor energético, obtendo reservas petrolíferas estrangeiras suplementares, os Estados Unidos foram em busca das reservas iraquianas. Essa ação é a síntese da geopolítica, ou seja, a forma como os países se inserem no contexto mundial para a busca da hegemonia, principalmente, aumentando seu poder através da extraterritorialidade.

O Oriente Médio é vital para o interesse dos EUA porque seus aliados dependem das importações provenientes dessa região, onde estão localizadas pouco mais da metade das reservas provadas mundiais (Base, 2007). Dessa forma, os países do Oriente Médio podem determinar a quantidade produzida e influenciar nos preços mundiais do petróleo. Os EUA têm mantido presença militar na região, principalmente, para evitar uma interrupção repentina da produção de petróleo e a subida do preço, baseados na sua prioridade energética de proteção do fornecimento de petróleo através do poder militar.

A Guerra do Iraque, dentro do objetivo geopolítico energético, estava atrelada à vantagem que as reservas petrolíferas iraquianas (a terceira maior do mundo) dariam aos EUA, tais como, participar nos lucros da indústria petrolífera, regular o preço mundial do produto e garantir o próprio fornecimento. Além disso, os EUA pretendiam controlar politicamente todo o Oriente Médio a partir do Iraque.

Os Estados Unidos conseguiram ocupar o Iraque, entretanto, essa forma de supremacia, não é tratada no estudo como hegemonia. Para haver hegemonia é necessário haver legitimidade, e o que mais os Estados Unidos perderam ao travar a Guerra contra o Iraque foi a credibilidade de que as políticas estadunidenses serviam para atender a um propósito coletivo.

O petróleo, por si só, não mantém a hegemonia, apenas sustenta alguns fatores de grande importância como o poderio militar e o custo de produção mais barato. A hegemonia é sustentada também pela tecnologia, pela competência técnica, pelo apoio financeiro, pelas redes comerciais mundiais e pelas atividades de desenvolvimento.

REFERÊNCIA

ALVEAL, Carmen. **Evolução da indústria de petróleo: nascimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. 18 p.

ARAÚJO, Bruno Manoel Viana de. **Antecedentes da guerra contra o Iraque baseados em documentos internos das Nações Unidas**. Valência: Universitat de València, 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5023>>. Acesso em 20 out. 2008.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 01-45. Título original: Chaos and Governance in the Modern World System.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 695-834.

BBC Reino Unido, 2008.

BERTONHA, Fábio João. A Geopolítica do petróleo no século XXI. **Meridiano 47 (Unb)**, Brasília, v. 55, p. 1-3, 2005. Disponível em: <http://www.sagres.org.br/biblioteca/geo_petroleo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2008.

BOSCO, Flávio. E agora? **Revista Petróleo e Gás**. São Paulo, n. 247, 2003. Disponível em <http://www.editoravalete.com.br/site_clube/reportagens/iraque/index.html>. Acesso em: 20 out. 2008.

CECEÑA, Ana Esther. **Estratégias de dominação e mapas de construção da hegemonia mundial**. Tradução de Maria Lúcia Badejo. Direitos Humanos na Internet, 29 agos. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ataques/ataque_cece.html>. Acesso em: 06 out. 2008.

CENTENO, Roberto. **Economia del petróleo y del gas natural**. Madri: Tecnos, 1974. p. 375-405.

CHOMSKY, Noam, et al. **Nova Hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. São Paulo: Cromosete, 2005.

CHOMSKY, Noam. Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque. In: Leo Panitch; Colin Leys (Orgs.). **O novo desafio imperial**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 161-174.

CLÔ, Alberto. **Oil Economics and Policy**. London: Kluwer Academic Publishers, 2000. 258 f.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. **A Geopolítica Energética**. Tradução de Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Título original: The geopolitics of energy.

COSTA, Jales Dantas da. **Crise da hegemonia ou novo império norte americano?** Um confronto entre a economia política dos sistemas-mundo e a nova economia política do sistema mundial. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC, 1992.

DURÁN, Ramón Fernández. **El crepúsculo de La era trágica del petróleo:** pico del oro negro y colapso financiero (y ecológico) mundial. Jun 2008. Disponível em: <www.rebelion.org/noticia.php?id=68533>. Acesso em: 16 out. 2008.

EIA, Energy Information Administration of the United States. Washington, 2008. **Base de dados.** Disponível em: <www.eia.doe.gov>. Acesso em: jul./nov. 2008.

Estudo das Variáveis que Influenciam no Preço do Petróleo e do Óleo Diesel. Laboratório de Transportes – LabTrans. **Relatório.** Florianópolis, 2007. Relatório. Mimeografado.

FIORI, José Luís. Mudanças Estruturais e Crises de Liderança no Sistema Mundial. **Revista Economia Política Internacional**, São Paulo, n. 7, p. 1-7, out./dez. 2005a.

_____. **O Poder Global:** e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 01-229.

FIORI, José Luís (Org.). **O Poder Americano.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005b.

FRECHERO, J. Ignacio. **La administración Bush y la guerra contra el terrorismo, 2001-2005.** 170 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidad Naional Del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 2008. p. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 17-85

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 01-127.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003).** 329 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, 2005.

_____. Michael Klare: Petróleo é poder. **Revista Época**, São Paulo, n. 252, p. 01-02, mar 2003. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG56186-6060-252,00.html>>. Acesso em: 16 out. 2008.

GALLO, Rafael Mandagaran. **Política Externa e Ideologia:** a contradição entre a missão civilizatória estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007. p.28-101.

GARNERO, Mario. A volta da geopolítica (como geoeconomia). **Gazeta Mercantil**, São

Paulo, p. 01-02, dez. 2002.

GIORDANO, Eduardo. **Las guerras del petróleo: geopolítica, economía y conflicto**. 2. ed. Barcelona: Icaria, 2003. 189 p.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 01-14. Título original: Il concetto di egemonia in Gramsci.

GUADAGNIN, Fábio. **O militarismo norte-americano**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <www.lsdiores.com.br/portalnied/fabioguad/Artigo.doc>. Acesso em: 20 out. 2008.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. Título original: The New Imperialism.

KERN, Soeren. Cómo la demanda de petróleo determina la política exterior estadounidense. **Cuadernos de Energia**, Washington, n. 13, p. 01-10, jun 2006.

KLARE, Michael T. Bush-Cheney energy strategy: procuring the rest of the World's Oil. **Foreing Policy in Focus**. Washington, 2004. Disponível em: <www.fpif.org/papers/03petropol/politics.html>. Acesso em: 02 nov 2008.

KURZ, Robert. **O combustível da Máquina Mundial: vem aí uma nova crise do petróleo**. [2004?] Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz167.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2008.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Energia e Geopolítica**. Florianópolis, 10 p. Disponível em: <http://www.educatore.com.br/Hoyedo_Energia_e_geopolitica.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2008. Trabalho não publicado.

_____. **Geeconomia e Geopolítica dos Recursos Energéticos no Capitalismo Contemporâneo**. Florianópolis, n. 03, p. 1-26, 2008. Disponível em: <<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/>>. Acesso em: 02 jul. 2008.

MARINHO JR., Ilmar Pennas. **Petróleo: soberania & desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970. p. 01-251.

MATHIAS, Melissa Cristina Pinto Pires. **A formação da indústria global de gás natural: definição, condicionantes e desafios**. 296 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 15-78

MENEZES, Albene Miriam Ferreira. Entre dúvidas e globalização: Guerra no Iraque, início de um novo Século Americano. **Revista Múltipla (UPIS)**, Brasília, v. 9, n. 14, p. 9-33, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e Poder. In: **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 21-25.

NEPDG, National Energy Policy Development Group. **National Energy Policy: reliable, affordable, and environmentally sound energy for America's Future**. Washington, 2001.

Disponível em: < <http://www.whitehouse.gov/energy/National-Energy-Policy.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2º semestre 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do Caos**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROBERTS, Paul. China e Japão travam a Guerra do Petróleo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 80270, p. 01, set 2004. Disponível em: <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/80270.htm>>. Acesso em: 16 out. 2008.

SOUZA, Fernando Rocha. **Impacto do preço do petróleo na política energética mundial**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

STATISTICAL Review of World Energy/British Petroleum. London, 2008. **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.bp.com/subsection.do?categoryId=9023761&contentId=7044545>>. Acesso em: jul./nov. 2008.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. A geopolítica mundial do petróleo. **Leituras Cotidianas**, Porto Alegre, n. 199, p. 01-05, out 2005. Disponível em: <http://br.geocities.com/mcrost07/20051010a_a_geopolitica_mundial_do_petroleo.htm>. Acesso em: 15 out. 2008.

TURNER, Ivy Brasil Gonçalves. **A equipe política externa de George W. Bush**. [2005?]. Disponível em <www.santiagodantassp.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/ivy.pdf>. Acesso em: 31 out 2008.

VENSENTINI, José William. **Imperialismo e Geopolítica Global: espaço e dominação na escala planetária**. Campinas: Papirus, 1987. p. 55-93.

WALLERSTEIN, Immanuel. In: O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. **Clivagens geopolíticas do século XXI: que futuro para o mundo?** Tradução de Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 279-299. Título original: The decline of american power.

WIKIPEDIA, 2008. **Base de dados**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal>. Acesso em: jul./nov. 2008.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. Tradução de Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães e Maria Christina L. de Góes. São Paulo: Scritta, 1992. Título Original: The Prize: the epic quest for oil, money and power.